



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS**

**ALAN BANDEIRA PINHEIRO**

**THE RELATIONSHIP BETWEEN DISCLOSURE OF CORPORATE SOCIAL  
RESPONSIBILITY AND INSTITUTIONAL ENVIRONMENT: EVIDENCE FROM  
BRAZIL AND THE UNITED KINGDOM**

**FORTALEZA**

**2018**

ALAN BANDEIRA PINHEIRO

THE RELATIONSHIP BETWEEN DISCLOSURE OF CORPORATE SOCIAL  
RESPONSIBILITY AND INSTITUTIONAL ENVIRONMENT: EVIDENCE FROM  
BRAZIL AND THE UNITED KINGDOM

Monografia apresentada ao Departamento de Administração, da Faculdade de Economia, Atuárias, Administração e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de bacharel em Administração.

Orientadora: Prof. Dra. Márcia Zabdiele Moreira.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- P718t Pinheiro, Alan Bandeira.  
The relationship between corporate social responsibility and institutional environment: evidence from Brazil and the United Kingdom / Alan Bandeira Pinheiro. – 2018.  
94 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Administração, Fortaleza, 2018.  
Orientação: Prof. Dr. Márcia Zabdiele Moreira.

1. Corporate Social Performance. 2. Institutional Environment. 3. Utilities . 4. Brazil. 5. United Kingdom. I. Título.

CDD 658

---

ALAN BANDEIRA PINHEIRO

THE RELATIONSHIP BETWEEN DISCLOSURE OF CORPORATE SOCIAL  
RESPONSIBILITY AND INSTITUTIONAL ENVIRONMENT: EVIDENCE FROM  
BRAZIL AND THE UNITED KINGDOM

Monografia apresentada ao Departamento de  
Administração, da Faculdade de Economia,  
Atuárias, Administração e Contabilidade da  
Universidade Federal do Ceará, como requisito  
à obtenção do título de bacharel em  
Administração.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dra. Márcia Zabdiele Moreira (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. José Carlos Lázaro da Silva Filho  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dra. Cláudia Buhamra Abreu Romero  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Ceará, que me proporcionou durante meus cinco anos de formação em Administração grandes conquistas e momentos enriquecedores de aprendizagem, como a indicação ao 14º Prêmio Destaque da Iniciação Científica e Tecnológica do Brasil (CNPq), em 2017 e o intercâmbio na Universidade do Porto, em Portugal, entre outros.

Agradeço imensamente a todos meus queridos professores orientadores. Agradeço ao Prof. Dr. Daniel Barboza Guimarães e à Profa. Dra. Sílvia Maria Dias Pedro Rebouças pelas orientações, enquanto fui monitor das disciplinas de Matemática Aplicada à Administração I e Matemática Aplicada à Administração II na FEAAC.

Agradeço à Profa. Dra. Mônica Cavalcanti de Sá Abreu e suas contribuições maravilhosas na minha vida de pesquisador, enquanto fui Iniciação Científica - CNPq. Com ela, eu publiquei meus primeiros *papers* em revistas e eventos. Agradeço ao Prof. Dr. José Carlos Lázaro da Silva Filho pela oportunidade da segunda Iniciação Científica – CNPq e pelas suas dicas formidáveis sobre publicações e pesquisas em administração.

Agradeço ao Prof. Doutorando Rômulo Soares Alves pelos seus *insights* matemáticos e cursos de *softwares* estatísticos, que contribuíram para minha independência nas pesquisas quantitativas. Agradeço à Profa. Dra. Márcia Zabdiele Moreira, minha querida orientadora de TCC. Aprendi muito sobre a vida docente, sendo seu monitor da disciplina de Administração Internacional.

Agradeço toda minha família pela força, incentivo e amor incondicional. Sem dúvida, sem vocês nada disso seria possível. E, por fim, agradeço aos meus amigos, Pietra Lessa, Maxwell Viana, Alexandra Pontes, Taciana Resende, Jaime Cavalcante e Bruno Gomes pelos momentos de descontração, apoio e amizade.

*“If I have seen further, it is by standing  
upon the shoulders of giants”*

(Isaac Newton)

## RESUMO

A presente pesquisa analisa a influência do ambiente institucional brasileiro e britânico em relação à divulgação em responsabilidade social corporativa. A pesquisa analisa as empresas do setor de utilidade pública. O estudo utiliza como variável dependente a dimensão social corporativa, a dimensão ambiental e a dimensão social. Foram coletados os dados dos relatórios de sustentabilidade das empresas durante uma década: de 2017 a 2016. Nessa pesquisa foram avaliados 31 indicadores da GRI. Como variáveis independentes foram utilizadas variáveis do sistema de educação, do sistema trabalhista, do sistema político e do sistema financeiro dos países. Para se obter aos resultados, a pesquisa utiliza técnicas estatísticas, como estatística descritiva e inferencial, Test T, ANOVA e regressão de dados em painel. Os dados mostram uma maior transparência das empresas do Reino Unido do que as empresas do Brasil. Os resultados apontaram também para uma relação estatisticamente positiva entre divulgação em responsabilidade social corporativa e ambiente institucional. Portanto, um melhor ambiente institucional pode proporcionar melhores condições para as empresas atuarem em sustentabilidade.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Corporativa. Ambiente Institucional. Utilidade Pública. Brasil. Reino Unido.

## **ABSTRACT**

The present research analyzes the influence of the Brazilian and British institutional environment in relation to disclosure in corporate social responsibility. The research analyzes the companies of the public utility sector. The study uses as a dependent variable the corporate social dimension, the environmental dimension and the social dimension. Data were collected from company sustainability reports during a decade: from 2017 to 2016. In this research, 31 GRI indicators were evaluated. Variables of the education system, the labor system, the political system and the financial system of the countries were used as independent variables. To obtain the results, the research uses statistical techniques, such as descriptive and inferential statistics, Test T, ANOVA and panel data regression. The data show greater transparency of UK companies than companies in Brazil. The results also pointed to a statistically positive relationship between disclosure in corporate social responsibility and institutional environment. Therefore, a better institutional environment may provide better conditions for companies to act on sustainability.

**Keywords:** Corporate Social Responsibility. Institutional Environment. Utilities. Brazil. United Kingdom.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Resumo das definições de RSC

Quadro 2 - Relação de empresas selecionadas no Brasil e no Reino Unido

Quadro 3 – Indicadores de análise da GRI para a Dimensão Ambiental

Quadro 4 – Indicadores de análise da GRI para a Dimensão Social

Quadro 5 – Requisitos avaliados em cada indicador da GRI

Quadro 6 – Variáveis independentes selecionadas

Quadro 7 – Comparação entre os ambientes institucionais

Quadro 8 – Resultado das hipóteses para o Brasil

Quadro 9 – Resultado das hipóteses para o Reino Unido

## **LISTA DE TABELAS**

- Tabela 1 – Estatística para o indicador educacional
- Tabela 2 – Estatística para o indicador trabalhista
- Tabela 3 – Estatística para o indicador político
- Tabela 4 – Estatística para o indicador financeiro
- Tabela 5 – Estatística descritiva para a DSC no Brasil
- Tabela 6 – Estatística descritiva para a DSC no Reino Unido
- Tabela 7 – Estatística descritiva para a DA no Brasil
- Tabela 8 – Estatística descritiva para a DA no Reino Unido
- Tabela 9 – Estatística descritiva para a DS no Brasil
- Tabela 10 – Estatística descritiva para a DS no Reino Unido
- Tabela 11 – Ranking DSC
- Tabela 12 – Ranking DA
- Tabela 13 – Ranking DS
- Tabela 14 – Teste de normalidade para dimensões
- Tabela 15 – Test-t para dimensões
- Tabela 16 – Teste de normalidade para o ambiente institucional
- Tabela 17 – Test-t para o ambiente institucional
- Tabela 18 – Análise de variância do ambiente educacional
- Tabela 19 – Análise de variância do ambiente trabalhista
- Tabela 20 – Análise de variância do ambiente político
- Tabela 21 – Análise de variância do ambiente financeiro
- Tabela 22 – Associação das variáveis

## **LISTAS DE FIGURAS**

Figura 1 – Modelo dos três domínios

Figura 2 – Modelo de VBA

Figura 3 – Modelo teórico de pesquisa

Figura 4 – Evolução do ambiente educacional

Figura 5 – Evolução do ambiente trabalhista

Figura 6 – Evolução do ambiente político

Figura 7 – Evolução do ambiente financeiro

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

DA – Dimensão Ambiental

DS – Dimensão Social

DSC – Dimensão Social Corporativa

G20 – Acrônimo para os 20 maiores países do mundo

GRI – Global Reporting Initiative

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

RSC – Responsabilidade Social Corporativa

SNN – Sistema Nacional de Negócios

UE – União Europeia

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>14</b>
1.1	Pergunta de Pesquisa.....	17
1.2	Objetivos.....	18
1.2.1	Objetivo geral.....	18
1.2.2	Objetivos específicos.....	18
1.3	Justificativa.....	18
1.4	Estrutura do trabalho.....	19
<b>2</b>	<b>Referencial Teórico.....</b>	<b>21</b>
2.1	A Evolução da Responsabilidade Social Corporativa.....	21
2.2	A Evidenciação em Responsabilidade Social Corporativa.....	28
2.2.1	A Importância da evidenciação em Responsabilidade Social Corporativa e os <i>stakeholders</i> .....	32
2.3	A Teoria Institucional e o Sistema Nacional de Negócios.....	35
2.3.1	O ambiente institucional determinando as práticas organizacionais.....	38
2.3.2	O ambiente institucional e as práticas de RSC em países emergentes e desenvolvidos.....	39
2.4	Hipóteses de estudo.....	41
<b>3</b>	<b>Metodologia.....</b>	<b>44</b>
3.1	Tipologia da pesquisa.....	44
3.2	População e amostra.....	44
3.3	Variáveis de estudo e coleta de dados.....	46
3.3.1	Variáveis dependentes.....	46
3.3.2	Variáveis independentes.....	49
3.3.3	Variáveis de controle.....	50
3.4	Análise de dados.....	50
3.4.1	Técnicas estatísticas e modelos conceituais.....	50
<b>4</b>	<b>Resultados.....</b>	<b>53</b>
4.1	Análise descritivas das variáveis independentes.....	53
4.1.1	Ambiente educacional.....	53
4.1.2	Ambiente trabalhista.....	54
4.1.3	Ambiente político.....	56
4.1.4	Ambiente financeiro.....	57

4.2	Análise descritiva das variáveis dependentes de estudo.....	59
4.2.1	Dimensão social corporativa no Brasil.....	59
4.2.2	Dimensão social corporativa no Reino Unido.....	60
4.2.3	Dimensão ambiental no Brasil.....	62
4.2.4	Dimensão ambiental no Reino Unido.....	63
4.2.5	Dimensão social no Brasil.....	64
4.2.6	Dimensão social no Reino Unido.....	65
4.3	<i>Ranking</i> de divulgação por dimensão.....	66
4.4	Teste de normalidade e Test-t de Studart.....	68
4.5	Análise de variância.....	70
4.6	Análise de regressão de dados em painel.....	74
<b>5</b>	<b>Discussão.....</b>	<b>78</b>
<b>6</b>	<b>Considerações finais.....</b>	<b>82</b>
6.1	Contribuições da pesquisa.....	83
6.2	Limitações da pesquisa.....	84
6.3	Sugestões para pesquisas futuras.....	85
	<b>Referências.....</b>	<b>86</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A relação entre empresas e consumidores vem se modificando. Nessa perspectiva, as organizações têm dado mais atenção às práticas de responsabilidade social corporativa (RSC). Embora uma empresa seja uma instituição que visa essencialmente o lucro, as grandes empresas exercem uma influência enorme nas ações da sociedade. Elas possuem um significativo poder econômico, financeiro, tecnológico, político e cultural. Dessa forma, elas devem utilizar parte de seus recursos de forma altruísta (ROBERTS, 1992) e contribuir na promoção do desenvolvimento sustentável no planeta (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2013).

Consoante Smith e Alexander (2013), em 1977, metade das empresas da lista *Fortune 500* faziam referência a responsabilidade social corporativa em seus relatórios anuais. Já em 1998, 82% das empresas listadas mencionavam as questões de RSC. E em 2006, este percentual subiu para 98%. É observado que os executivos das empresas têm percebido a importância dos benefícios associados às práticas em RSC (BROWER e MAHAJAN, 2013). A revista *The Economist*, em 2008, constatou que 56,2% dos executivos entrevistados em todo o mundo acreditam que a responsabilidade social empresarial tem importância alta ou muito alta.

Diante das pressões institucionais e sociais, as firmas têm divulgado suas práticas de responsabilidade social corporativa através dos relatórios de sustentabilidade (GRECCO *et al*, 2013). Hoje, esses relatórios são o principal meio de registro do comprometimento com a sociedade e com o meio ambiente, ou seja, eles demonstram a extensão das práticas sociais e ambientais da firma (GRECCO *et al.*, 2013; MENG *et al.*, 2014). Algumas empresas apresentam relatórios conforme os padrões estabelecidos pela *Global Reporting Initiative* (GRI), em que existem critérios e indicadores para se divulgar as informações em RSC.

Nesse sentido, elaborar os relatórios de sustentabilidade consiste em prestar contas com as partes interessadas das ações da empresa. As firmas devem evidenciar aos *stakeholders* seus aspectos econômicos, sociais e ambientais, o *Triple Bottom Line*, em direção ao desenvolvimento sustentável. Dessa forma, as diretrizes da GRI são criadas por ONGs, empresas e instituições de todo o mundo com o objetivo de fornecer uma linguagem comum para a *disclosure* de informações e prática de negócios sustentáveis (GRI, 2013). Espera-se que as organizações monitorem seus pontos fortes e fracos em sustentabilidade da mesma forma: com transparência e profissionalismo (GRI, 2011a).

Apesar da evidenciação em RSC, através das diretrizes da GRI, ter se tornado uma prática constante entre as grandes empresas do mundo, essas práticas são diferentes de país para país. As empresas de alguns países tendem a evidenciar mais informações ambientais, enquanto outros tendem a ser mais transparentes em relação aos aspectos sociais ou econômicos. Assim, um número de estudos mostra como as diferenças culturais podem afetar a dinâmica em RSC (JAMALI e MIRSHAK, 2007). Com a mesma visão, Matten e Moon (2008) acreditam que as firmas ao assumir a divulgação em RSC devem levar em consideração os contextos nacionais de cada país.

Segundo Campbell (2006), as diferenças de evidenciação em RSC podem ser explicadas por meio do ambiente institucional de cada país, que é composto por questões políticas, econômicas, culturais e trabalhistas (PINHEIRO *et al.*, 2016). Assim, o Sistema Nacional de Negócios (SNN) de cada país é útil para o entendimento das ações em RSC de suas empresas, uma vez que ele influencia o sucesso empresarial (MATTEN e MOON, 2008; BROOKES; BREWSTER; WOOD, 2005). As particularidades de cada país, como desenvolvimento econômico, características locais (DELMAS; TOFFEL, 2004), cultura, educação, língua (JOHANSON; VAHLNE, 1977), ajustamento político (BARKEMA; BELL; PENNINGS, 1996), qualidade de vida da população (BERRY; GUILLÉN; ZHOU, 2010) afetam as decisões gerenciais e definem as estratégias em RSC.

O efeito do ambiente institucional nas firmas possibilitou observar as organizações por outra vertente, diferente da concepção tradicional. As empresas, na concepção tradicional, acreditavam que seu resultado era o reflexo racional e eficiente dos gestores (TOLBERT; ZUCKER, 1998). Em contrapartida, as firmas são julgadas por suas interações políticas, culturais, processos cognitivos e simbólicos (QUINELLO, 2007), uma vez que sua atuação depende das estruturas simbólico-normativas de um contexto de referência (GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005). Dessa maneira, o ambiente institucional atua nos fatores organizacionais (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983; SCOTT, 1987).

Diante disso, as organizações têm atuado em campos organizacionais diversos (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Assim, cabe o entendimento dos diferentes fornecedores, consumidores, agências reguladoras e concorrentes para cada campo organizacional. Greenwood *et al.* (2008) dedicam-se aos estudos *cross-national*, isto é, o entendimento das firmas dentro de diferentes campos organizacionais em diferentes países. É entendido que cada país possui uma cultura única e isso afeta suas práticas organizacionais.

De fato, as organizações atuam em campos organizacionais diferentes, entretanto elas recorrem ao processo de isomorfismo institucional (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Esse processo corresponde a capacidade de mudança da firma para atender as características do ambiente institucional que ela atua. Como resultado desse processo, ela garante a sua sobrevivência e obedece às pressões isomórficas de cada sociedade (DELMAS, 2002; TEMPEL; WALGENBACH, 2007). Uma das pressões isomórficas presente no contexto empresarial é a transparência em responsabilidade social corporativa (RSC). Então, as firmas têm se esforçado para a adoção da evidenciação em RSC através de suas políticas estratégicas de sustentabilidade.

Os estudos de Jamali e Neville (2011) apontam que as práticas de evidenciação em RSC estão condicionadas ao ambiente institucional do país, através de seu Sistema Nacional de Negócios (SNN). Acredita-se que as nações desenvolvidas têm maior estímulo e pressões dos *stakeholders* para a transparência de suas atitudes sociais e ambientais. As nações desenvolvidas possuem características institucionais mais fortes (WANDERLEY *et al.*, 2008) do que as nações emergentes ou subdesenvolvidas. Nesse pensamento, os países emergentes e subdesenvolvidos possuem fraca promoção do governo à RSC (JAMALI, 2007) e profundos problemas sociais (TEOH e THONG, 1984).

Diante desse contexto, o estudo em questão busca compreender, de modo simultâneo, como a influência do ambiente institucional do Brasil e do Reino Unido pode afetar a *disclosure* (sinônimo para divulgação e evidenciação) em RSC de firmas do setor de utilidade pública. Brammer, Jackson e Matten (2012) acreditam que apesar da RSC ser um tópico difundido na literatura de negócios, o ambiente institucional de atuação das firmas em RSC tem sido negligenciado. Então, o desempenho social corporativo precisa ser entendido de modo multidisciplinar (AGUINIS; GLAVAS, 2012) em relação aos fatores que não são ligados à empresa, mas que a afeta (MAIGNAN; RALSTON, 2002; MARGOLIS; WALSH, 2003).

Acredita-se que a evidenciação de informações em RSC é afetada também por diferentes setores de atuação. Para Clarke e Gibson-Sweet (1999), os setores da indústria ligados com fatores ambientais, como as firmas de fornecimento de energia, saneamento básico, mineração e siderurgia, bem como a indústria do petróleo e gás, de papel e celulose, farmacêutica e química tendem a emitir mais informações de sustentabilidade em detrimento da indústria alimentícia e de higiene pessoal (MICHELON; PILONATO; RICCERI, 2015).

A escolha dos países se justifica, a princípio, por sua importância na economia global. Atualmente, as empresas dos países emergentes, representados pelos BRICS, competem com os países desenvolvidos por espaço na economia global ao propor uma redução de preços de mercado. Nessa situação, o Brasil é a 9ª maior economia do mundo com base nos dados do Produto Interno Bruto (PIB) e o Reino Unido a 5ª maior economia. O primeiro país possui um PIB de US\$ 2,14 trilhões e o segundo de US\$ 2,94 trilhões (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2018).

Apesar da robustez dos seus PIBs, o Brasil e o Reino Unido possuem características distintas quanto ao seu crescimento econômico. Em 2007 e 2008, o Brasil apresentou um favorável crescimento econômico, como uma leve recessão em 2009 de 1%. A partir de 2010, o crescimento do país é instável, com grandes oscilações. Em 2014, o crescimento é quase nulo e a partir deste ano tem decréscimos com uma leve melhora no ano de 2017. O Reino Unido teve um leve crescimento em 2007 com decréscimo em 2009 e uma forte recuperação em 2010. A partir deste ano, o país possui crescimentos positivos, apenas com uma queda em 2012, provavelmente pela Crise da União Europeia, em 2011.

Além disso, as diferenças no nível de desenvolvimento socioeconômico entre os países são enormes. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2014 o Reino Unido teve um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito elevado, correspondendo a 0,91 (máximo de 1), enquanto o Brasil teve um IDH de 0,75, que é considerado moderado. Segundo o Coeficiente de Gini da ONU, em 2010, o Brasil foi considerado a 14ª nação mais desigual do mundo, enquanto o Reino Unido ocupava a 125ª posição.

As diferenças entre o Brasil e o Reino Unido não se limitam apenas por esses indicadores de desempenho. Deve-se, portanto, entender como seus sistemas político, financeiro, educacional e trabalhista, isto é, seus Sistemas Nacionais de Negócios (SNN) afetam a extensão da divulgação em RSC em suas empresas do setor de utilidade pública. Dessa forma, os executivos devem entender como a dinâmica do ambiente institucional afeta as práticas organizacionais de sustentabilidade. Diante disto, foi formulada a seguinte pergunta de pesquisa.

### **1.1 Pergunta de Pesquisa**

Qual a influência dos ambientes institucionais do Brasil e do Reino Unido na evidenciação da responsabilidade social corporativa das firmas atuantes no setor de utilidade pública?

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

O presente estudo busca analisar e encontrar indícios de relações entre a evidenciação em RSC e o ambiente institucional do Brasil e do Reino Unido. Para que se possa atingir este objetivo geral, o estudo possui os seguintes objetivos específicos.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- a) Comparar as práticas de evidenciação de informações socioambientais no Brasil e no Reino Unido;
- b) Delinear a influência da *disclosure* socioambiental sobre as características ambientais dos países;
- c) Estudar a relação entre divulgação de informações em RSC e a adoção das diretrizes da GRI;
- d) Relacionar o ambiente institucional do Brasil e do Reino Unido com as práticas de gestão socioambiental de suas firmas;

## **1.3 Justificativa**

Primeiro de tudo, o estudo justifica-se pela importância da problemática em RSC nas firmas atuais. Existem pressões institucionais e sociais que apelam por uma maior transparência organizacional. Dessa forma, entende-se que a partir de contextos institucionais diferentes, as empresas irão adotar atitudes mais sustentáveis ou não. Em países desenvolvidos, como o Reino Unido, a RSC é um complemento para as regulamentações, enquanto que em países emergentes, como o Brasil, as empresas têm uma maior independência para suas práticas em RSC (HILSON, 2012).

É observada uma lacuna entre estudos da RSC e o ambiente institucional. Existe uma predominância de estudos voltados para a análise de fatores em nível organizacional, mas não existem muitos estudos com uma abordagem multinível (AGUINIS; GLAVAS, 2012). Dessa forma, o estudo em questão buscará suprir essa lacuna ao tentar analisar, de modo simultâneo, aspectos institucionais do país emergente e desenvolvido na *disclosure* em RSC.

A pesquisa sugere possíveis contribuições que os países analisados podem oferecer entre si, no sentido de melhorar a evidenciação em RSC em países emergentes e desenvolvidos. A pesquisa se justifica também ao contribuir para a literatura em RSC, ao esclarecer que as práticas sustentáveis dos países desenvolvidos podem ser voltadas para a segurança dos produtos e proteção ambiental (JAMALI; MIRSCHAK, 2007), enquanto que em países em desenvolvimento estas práticas estariam ligadas à filantropia e redução da pobreza (BOOZ & COMPANY, 2013).

Ademais, o estudo pretende inovar quanto a metodologia de análise de dados utilizada. Pesquisas anteriores têm utilizado recursos como estatísticas descritivas e regressão linear para apresentar os dados. Foram utilizadas técnicas estatísticas e aprendizagem automática mais sofisticada, como regressão de dados em painel e regressão logística. As hipóteses serão testadas por meio do modelo linear hierárquico para comparar as empresas do Brasil e do Reino Unido.

No que diz respeito às conclusões, espera-se que os resultados possam melhorar a compreensão do ambiente institucional dentro das empresas, além de propor ideias de como as firmas podem utilizar seus recursos financeiros e operacionais, de forma eficiente, na evidenciação da RSC. Ademais, a pesquisa espera propor uma troca de contribuições entre os países analisados, ou seja, o que o Brasil e o Reino Unido podem aprender um com outro em termos de práticas sustentáveis.

#### **1.4 Estrutura do trabalho**

Para a formulação teórica e prática, este estudo foi dividido em seis partes. Dessa maneira, em termos de estruturação, o estudo está organizado em seis capítulos. O primeiro capítulo faz uma introdução ao tema. Ele apresenta uma contextualização do assunto a ser abordado pelos seguintes capítulos. Além disso, apresenta-se a questão de pesquisa, os objetivos do estudo, a justificativa da temática e como o trabalho está estruturado.

Por sua vez, o segundo capítulo exhibe o referencial teórico, com enfoque nos seguintes temas: conceitos e evolução do ambiente institucional, práticas contábeis de divulgação de informação as partes interessadas, a evolução da responsabilidade social corporativa, a função da RSC nas práticas empresariais, importância e fatores determinantes no *disclosure* em RSC. Esse referencial serve de base para o entendimento dos resultados apresentados.

O terceiro capítulo apresenta as características metodológicas do estudo. Dessa maneira, são divulgados, com detalhe, aspectos sobre a tipologia da pesquisa, a definição da população e amostra utilizada e a forma de coleta de dados. Além disso, são apresentadas as variáveis dependentes e independentes utilizadas, bem como os *softwares* estatísticos empregados. Por fim, é exposto cada um dos métodos estatísticos e modelos conceituais utilizados.

Em seguida, são mostrados os resultados do estudo no capítulo quatro. Nesse capítulo é apresentada a estatística descritiva dos dados do ambiente institucional do Brasil e do Reino Unido e das empresas que compõem a amostra. Mas também, é apresentada a descrição de cada uma das variáveis independentes do Sistema Nacional de Negócios. Na sequência, são discutidos e evidenciados os dados para o teste *t-student*, a ANOVA, as análises de variância, de regressão multivariada e hierárquica.

No quinto capítulo se faz uma discussão em relação aos dados apresentados no capítulo anterior, confrontando-os com os pressupostos teóricos. Além de interpretar os dados dos métodos estatísticos utilizados. Assim, é feito um quadro com o resumo das hipóteses e se elas foram suportadas ou não.

O último capítulo da dissertação encerra a pesquisa com a conclusão. É feita uma retomada dos achados e das lições aprendidas com este estudo, ou seja, o que o Brasil poderá aprender com o Reino Unido em termos de *disclosure* e vice-versa. Também foi possível elencar alguns problemas de pesquisa encontrados, bem como sugerir futuras pesquisas para a área de responsabilidade social corporativa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo é dedicado a abordagem teórica necessária para o entendimento da pesquisa. Dessa forma, serão apresentados e discutidos temas como a responsabilidade social corporativa e sua evolução na história, a *disclosure* em RSC e sua relevância, a Teoria Institucional, o Sistema Nacional de Negócios atuando na dinâmica de RSC em países emergentes e desenvolvidos e, por fim, a apresentação das hipóteses de estudo.

### 2.1 A Evolução da Responsabilidade Social Corporativa

O conceito de responsabilidade social corporativa tem evoluído durante os anos, dado a diversas condições: pressões sociais, ambiente institucional de cada país e maior força econômica das empresas. Durante os anos de 1930 e 1940, os autores começaram a contribuir para a literatura da área. Esse passo se inicia com o texto intitulado *The Functions of the Executive*, de Chester Barnard em 1938. Em seguida, outros autores também trataram da RSC em seus estudos, como J.M. Clark em *Social Control of Business* de 1939 e Theodore Krepes em 1940 com *Measurement of the Social Performance of Business* (CARROLL, 1999).

Nos anos 50, Howard R. Bowen publica o primeiro livro dedicado inteiramente a RSC, intitulado de *Social Responsibilities of the Businessman* (1953). Esse livro proporcionou o início do discurso em RSC na era moderna (LEE, 2008; PADGETT, 2011), ao apresentar o tema de forma sistemática (CARROLL, 1979). No livro, o autor afirma que a RSC não é o remédio de todos os problemas da sociedade, porém é uma prática que precisa ser incentivada nas firmas. Em seu livro, Bowen traz uma definição seminal do que é a RSC: “*It refers to the obligations of business men to pursue those policies, to make those decisions, or to follow those line so faction which are desirable in terms of the objectives and values of our society*” (BOWEN, 1953, p. 6).

Outros importantes teóricos de RSC na década de 50 foram Eells com *Corporate Giving in a Free Society* (1956), Heald com *Management's Responsibility to Society: The Growth of an Idea* (1957) e Selekman com *Moral Philosophy for Management* (1959). Já no ano de 1960, Keith Davis afirma que a RSC se refere as decisões e ações tomadas pelos executivos que vão além interesses econômicos e técnicos das firmas. Após a publicação de seus estudos, Davis se tornou conhecido em RSC, especialmente por relacionar *social responsibility* e *business power* (CARROLL, 1999).

No ano de 1962, o economista Milton Friedman considera que os estudos até o momento são subversivos, uma vez que em sua visão o objetivo empresarial é fazer o máximo de dinheiro possível para os acionistas. Em 1963, no livro *Business e Society*, Joseph W. McGuire afirma que a atuação das firmas vai além das obrigações econômicas e legais. Para ele, a empresa deve tomar interesse pela política, cuidar do bem-estar da comunidade, bem como da felicidade dos seus colaboradores. Carroll (1999) considera que sua definição para RSC é mais precisa que as anteriores.

Em 1966, Keith Davis e Robert Blomstrom lançam a primeira edição do livro *Business and its Environment*, onde eles definem a responsabilidade social corporativa como sendo a obrigação que um gestor tem em pensar que suas decisões podem afetar todo um sistema social. Dessa forma, depreende-se que as decisões de uma organização, dependendo do seu tamanho, podem afetar pessoas e suas estruturas sociais. Assim, cabe ao gestor pensar além da visão interna da empresa, mas também refletir sobre como suas atitudes podem modificar hábitos e consumos de uma população.

Clarence C. Walton, em 1967, no seu livro de nome *Corporate Social Responsibilities*, acredita que um ingrediente da RSC é a taxa de voluntarismo. Ela acredita que as organizações filantrópicas não medem diretamente o seu retorno econômico e que elas contribuem muito para a proliferação da RSC. Em 1970, Morrell Heald escreveu o livro *The Social Responsibilities for Business: Company and Community, 1900- 1960*. Nesse livro, o autor dialoga com os outros textos publicados até então, na medida em que afirma que a RSC tem forte relação com as políticas de atuação da empresa. Ela ainda acrescenta que os gestores daquele período atrelavam a RSC com filantropia empresarial e relações com a comunidade.

Na visão de Johnson (1971), ao invés de se esforçar apenas para atender as exigências dos investidores, a responsabilidade empresarial busca atender outras partes interessadas, como colaboradores, fornecedores, comunidade local e concessionários. Ainda neste mesmo ano, o autor George Steiner afirma em seu livro *Business e Society* que a empresa é uma instituição fundamentalmente econômica, mas que deve ter responsabilidade em ajudar a sociedade a atingir seus objetivos básicos. Manne e Wallich (1972) definem que a RSC possui três atividades básicas: definição dos objetivos, definição de atingir determinados objetivos e o financiamento destes objetivos.

Em 1973, Eibert e Parket afirmaram que a RSC é uma adoção voluntária da empresa para resolver problemas da vizinhança, como discriminação social, poluição e meios de

transporte. Em 1975, os autores Preston e Post admitem que preferem o termo *Public Responsibility*, uma vez que representa melhor a atuação do gerenciamento organizacional em um contexto de vida pública. Diante disso, os autores contribuem para a revisão da literatura ao proporem que as empresas em *Public Responsibility* atuam onde o público não chega, por possuir recursos limitados para atuar em todas as demandas sociais e ambientais.

Encontra-se outra definição para a RSC nos estudos de Fitch (1976). Para esse autor, a RSC “*is defined as these rious attempt to solve social problems caused whollyor in part by the Corporation*” (p.38). Na perspectiva desta autor, as empresas devem identificar os problemas sociais que afetam a comunidade onde ela atua, e, em seguida, decidir qual ou quais problemas atacar primeiro. Ele ainda explica que as empresas devem separar o que são problemas sociais e o que não são. Já em 1979, Carroll publica seu artigo na *Academy of Management Review* e utiliza o termo *Corporate Social Performance* para integrar os pontos de vista anteriores.

Consoante Carroll (1979), para a definição da RSC deve ser levado em conta responsabilidades econômicas, legais, éticas e discricionárias. Vale ressaltar que as quatro categorias são complementares e não mutuamente exclusivas. A responsabilidade econômica é o fundamento das empresas, pois é através da venda de produtos e serviços que a empresa pode dar continuidade a suas ações. Já a responsabilidade legal é a capacidade da empresa seguir as leis e regulamentações do setor em que a empresa atua. Em seguida, a responsabilidade ética é o comportamento esperado pela empresa diante das pressões sociais. E, por fim, a responsabilidade discricionária é definida como as ações filantrópicas que a empresa realiza (CARROLL, 1979).

Dessa forma, Carroll (1979) compreende que a empresa deve dar retornos financeiros para o proprietário e acionistas (responsabilidade econômica), agindo de maneira legal, ou seja, dentro dos regulamentos (responsabilidade legal), fazendo o que é correto e justo (responsabilidade ética) e contribuindo com atitudes filantrópicas (responsabilidade discricionária). Assim, ele considera que “*The social responsibility of business encompasses the economic, legal, ethical, and discretionary expectations that society has of organizations at a given point in time*” (p.500).

Jones (1980) define RSC como a noção de que as firmas têm uma obrigação com partes interessadas (clientes, colaboradores, fornecedores, comunidades), que não são os acionistas. Para o autor, a RSC vai além do que está prescrito por lei ou contrato social.

Assim, as práticas em RSC devem ser adotadas voluntariamente. Em 1982, Dalton e Cosier criam uma matriz 2x2 para apresentar as quatro faces da responsabilidade social. Para eles, a firma pode ser enquadrada em quatro categorias (chamadas de A, B, C ou D), a depender do seu grau de responsabilidade e legalidade. Eles concluem que a célula mais apropriada para a empresa seguir em relação a RSC é a legal-responsável.

Wartick e Cochran (1985) contribuem com o modelo de Carroll (1979). Os autores apresentam a evolução do modelo tridimensional da RSC com outras características, como integração da responsabilidade, capacidade de resposta e questões sociais. Epstein (1987) acredita que RSC se relaciona com as decisões organizacionais para resolver problemas específicos da comunidade. O autor ainda apresenta o termo *Corporate Social PolicyProcess* para definir as etapas da resposta social corporativa e da ética empresarial.

Nos anos 90, iniciou-se a expansão de grandes empresas para mercados emergentes, especialmente por esses mercados terem atrativos regionais, como mão de obra barata e matéria prima abundante. Diante desse panorama, foi importante desenvolver o conceito de RSC com práticas sustentáveis e que mostrasse aos consumidores outro lado da moeda: um lado mais filantrópico. Isso representou um dos desafios gerenciais da recente história da Administração (SROUR, 2000), uma vez que as expectativas da sociedade em relação às firmas aumentaram ao mesmo tempo em que a confiança nessas instituições diminuiu (GRIESSE, 2003).

Em 1991, Carroll procura expressar o conceito de RSC em formato piramidal. Ele afirma que a responsabilidade filantrópica pode ser atingida, na medida em que a organização contribui para os recursos na comunidade e melhora a qualidade de vida das pessoas. A responsabilidade ética pode ser atingida ao fazer as coisas certas e justas. A responsabilidade legal pode ser alcançada através da obediência as leis e regulamentos, enquanto a responsabilidade econômica se consegue sendo lucrativo e sustentável.

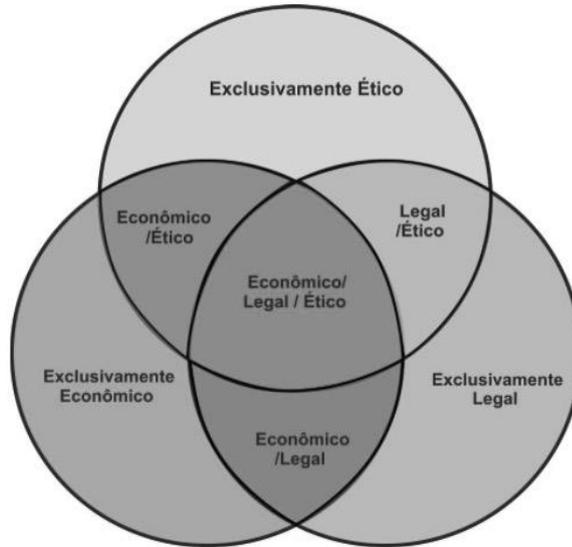
No mesmo ano, Wood (1991) cria um Modelo de Desempenho Social Corporativo em seu artigo de título *Corporate Social Performance Revisited*. O modelo proposto contempla os princípios da responsabilidade social corporativa, os processos de responsividade social e os resultados de desempenho social corporativo. Os princípios da RSC é dividida em 3 níveis: no nível institucional, no nível organizacional e no nível individual. O nível institucional se refere à legitimidade, o nível organizacional se refere com a preocupação pública e o nível individual se refere com as atitudes dos gestores estratégicos.

Swanson (1995) apresenta o Modelo de Desempenho Social Corporativo Reorientado, que tem como apoio o modelo de Wood (1991). Ele acredita que a ética nos níveis individual, organizacional e da sociedade pode favorecer a integração entre os macro princípios da RSC, os micro princípios da RSC, a cultura corporativa e os impactos sociais. Já em 1997, Hopkins (1997) apresenta indicadores para avaliar as organizações a nível de RSC. Esses indicadores são agrupados em 3 níveis. O nível 1 estão os princípios da RSC, como legitimidade e responsabilidade pública. No nível 2 estão o gerenciamento de *stakeholders* e percepções ambientais e sociais. Já no nível 3 estão os resultados e ações em RSC e os efeitos institucionais externos.

Sucessivamente, outros autores contribuem com o desenvolvimento da teoria da RSC com suas modelagens. Enderle e Tavis (1998) apresentam o Modelo Dimensional das Responsabilidades, que analisa as responsabilidades empresariais a partir de três vertentes: econômica, social e ambiental. Arruda e Navran (2000) propõem o Modelo de Navran para avaliar o clima ético nas organizações em dez indicadores. Ainda no mesmo ano, Quazi e O'Brien (2000) difundem o Modelo Bidimensional de Responsabilidade Social Corporativa. Os autores acreditam que a responsabilidade de uma empresa pode ser classificada em restrita e ampla. A visão restrita é a visão de que o objetivo único da empresa é a lucratividade, já a visão ampla é aquela que atua em questões como filantropia e meio ambiente.

Schwartz e Carroll (2003) apontam o Modelo de Três Dimensões da Responsabilidade Social Corporativa, reexaminando as contribuições anteriores propostas por Carroll (1979,1991). Nesse estudo, eles afirmam que a pirâmide de Carroll (1991) não é adequada para visualizar as relações entre os quatro elementos do modelo, pois pode ser interpretado como um modelo de hierarquias entre as responsabilidades, o que não é. Dessa maneira, os autores apresentam a abordagem dos três domínios da RSC: econômico, legal e ético, como evidencia a Figura 1.

Figura 1 – Modelo dos três domínios

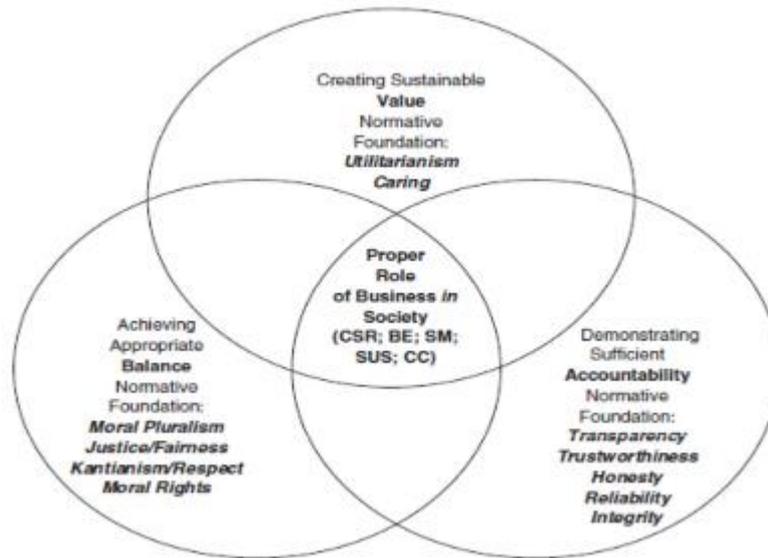


Fonte: Schwartz e Carroll (2003)

O modelo é representado na forma de diagrama de Venn e possui três domínios, subdivididos em sete categorias distintas. O domínio econômico representa as práticas corporativas que geram impactos econômicos positivos. O domínio legal representa as ações empresarias em relação às normas, leis e princípios legais. Schwartz e Carroll (2003) acreditam que essa esfera pode ser repartida em: conformidade legal, evitamento de litígios e antecipação da lei. E o domínio ético representa às responsabilidades éticas da firma, que as partes interessadas esperam.

Schwartz e Carroll (2007) apresentam o modelo VBA para o entendimento da RSC. O construto valor (*value*) refere-se a oferta de produtos e serviços aos consumidores, alcançando os objetivos econômicos da firma e evitando danos à sociedade. O construto equilíbrio (*balance*) representa atender aos interesses conflitantes dos *stakeholders* e não-*stakeholders*. Já o construto Responsabilidade (*accountability*) refere-se às ações empresariais que afetam outras pessoas. O modelo VBA, assim como o modelo dos três domínios, é apresentado na forma de diagrama de Venn, como mostra Figura 2.

Figura 2 – Modelo VBA



Fonte: Schwartz e Carroll (2007)

Dessa maneira, a responsabilidade social corporativa pode ser entendida como a capacidade das firmas, além do compromisso econômico com os acionistas, de honrar também com compromissos éticos perante a legislação e compromissos sociais e ambientais, através de práticas de sustentabilidade. Existem cinco formas de responsabilidade social corporativa: códigos de conduta, certificação de produtos sustentáveis, normas de gestão, investimento socialmente responsável e evidenciação de RSC (EUROPEAN COMMISSION, 2004).

O Quadro 1 apresenta a contribuição de cada autor para a evolução histórica da teoria da responsabilidade social corporativa.

Quadro 1 – Resumo das definições de RSC

<b>Autor</b>	<b>Definição</b>
Bowen (1953)	A responsabilidade social corporativa se refere à obrigação do empresário com propósitos políticos e à proporção de valor para nossa sociedade.
Davis (1960)	A RSC compreende as decisões tomadas pelos executivos que vão além dos interesses econômicos e técnicos da firma.
McGuire (1963)	As ações tomadas em relação ao cuidado e bem-estar da comunidade, bem como a preocupação com a felicidade dos empregados caracterizam a responsabilidade social empresarial.
Davis e Blomstrom (1966)	A RSC é a obrigação que um gestor tem em pensar que suas decisões podem afetar todo um sistema social.
Walton (1967)	A responsabilidade empresarial irá ser determinada pela taxa de voluntarismo das organizações.

Johnson (1971)	Ao invés de se esforçar apenas para atender as exigências dos investidores, a RSC busca atender todas as partes interessadas, como colaboradores, comunidade local e fornecedores.
Manne e Wallich (1972)	A RSC irá ser alcançada se os gestores se preocuparem com a definição dos objetivos, a definição de atingir determinados objetivos e o financiamento destes objetivos.
Eibert e Paret (1973)	A RSC é uma adoção voluntária da empresa para resolver problemas da vizinhança, como discriminação social, poluição e meios de transporte.
Preston e Post (1975)	A responsabilidade empresarial designa a atuação das firmas, aonde o setor público não chega, uma vez que os recursos são limitados.
Fitch (1976)	A RSC é a tentativa de resolver problemas sociais, muitos destes causados pela própria atuação da corporação.
Carroll (1979)	A responsabilidade social é um conjunto formado por responsabilidades econômicas, legais éticas e discricionárias.
Jones (1980)	A RSC é a obrigação da firma com as partes interessadas (fornecedores, clientes e mídia), que não são os acionistas e proprietários.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

## 2.2 A Evidenciação em Responsabilidade Social Corporativa

Comumente, as ações de responsabilidade social corporativa são evidenciadas aos *stakeholders* internos e externos da organização por meio dos relatórios de sustentabilidade ou dos relatórios anuais. Assim, esses relatórios possuem uma ferramenta de comunicação, de gestão e transparência. A comunicação em RSC é considerada como positiva junto ao mercado (CONCEIÇÃO *et al.*, 2011). Dessa forma, a firma objetiva mais investimentos, vendas, crescimento financeiro e legitimidade de suas atitudes (TANG; LI, 2009).

A responsabilidade social corporativa é um tema crescente nas firmas de todo o mundo. Waller e Lanis (2009) e Tschopp, Wells e Barney (2012) afirmam que as empresas começam a divulgar informações de RSC em seus relatórios anuais, junto com as informações financeiras e econômicas. Então, devido a aceitabilidade por parte dos *stakeholders*, precisou-se formalizar as regras de divulgação, dando início a publicação do que se chama relatórios de sustentabilidade. Hoje, esses relatórios versam sobre ética, governança, uso dos recursos naturais, práticas sociais na comunidade em que a empresa atua, reutilização de produtos, investimentos na preservação ambiental, consumo e fonte de energia utilizada pela firma, dentre outros aspectos. Ano após ano, a qualidade dos relatórios melhora, sendo incorporados novos aspectos sociais e ambientais.

Vale ressaltar que o termo relatório de sustentabilidade é uma expressão abrangente e pode ser considerado sinônimo de outros vocábulos, como relatório de responsabilidade empresarial, balanço social, relatório social, relatório ambiental, balanço social corporativo, relatório anual de práticas sustentáveis e relatório verde (GRI, 2011a; OLIVEIRA, 2013). Dessa forma, o nome utilizado para reportar as ações de sustentabilidade varia de empresa para empresa. Porém, todas elas têm um objetivo comum: garantir uma maior transparência para todas as partes interessadas na atuação da firma.

A comunicação em RSC representa o cumprimento do contrato social, na medida em que as organizações atendem aos anseios da sociedade (FAROOK; LANIS, 2005). A comunicação de informações socioambiental pode cumprir um código de conduta ou ser de modo voluntário (GRAY; HOURY; LAVERS, 1995). Gamerschlag, Möller e Verbeeten (2011) argumentam que o nível de divulgação varia de acordo com características peculiares, como o tamanho da empresa. Espera-se que empresas de grande porte possuam *stakeholders* mais fortes e em maior quantidade, quando comparado a empresas de menor porte (FIFKA, 2013).

Esse mesmo autor acredita que a rentabilidade, o setor de atuação, pressões dos *stakeholders* e regulamentação podem influenciar as práticas de RSC. Nessa perspectiva, Matten e Moon (2008) acreditam que a evidenciação é diferente de acordo com o contexto. Para isso, eles identificaram dois modelos de RSC: o explícito e o implícito. Eles consideram que o lado explícito é constituído por aspectos relacionados ao lado social e ambiental da firma, que não está relacionado a função fim da empresa. Já o lado implícito é constituído pelos requisitos obrigatórios em prol dos *stakeholders*.

Consoante Golob e Bartlett (2007), a divulgação da RSC é classificada em três tipologias: obrigatória, solicitada e voluntária. A primeira refere-se a divulgação obrigatória, ou seja, quando o Estado regulamenta e propõe critérios para a evidenciação da RSC. Dessa maneira, a informação de sustentabilidade seria mais constante e padronizada entre as empresas. Esse tipo também iria reduzir os custos de transação e delimitar as expectativas das partes interessadas. É evidente que uma maior padronização dos relatórios contribuiria para que as empresas menos transparentes em RSC pudessem se adequar os padrões de divulgação das empresas mais transparentes.

A divulgação voluntária apresenta um conteúdo voluntário nos relatórios. Assim, as organizações divulgam informações em RSC voluntariamente e seguindo seus próprios

critérios. Dessa maneira, se a organização quiser ocultar informações que a coloque em desvantagem competitiva, ela poderá fazer isso. De modo contrário, ela pode publicar mais informações que retrate uma visão positiva. A divulgação voluntária pode levar as firmas a mostrar sua melhor imagem à sociedade. E a divulgação solicitada considera que existem organismos que criam indicadores para auxiliar as firmas na divulgação.

Existem vários esforços internacionais para o estabelecimento de normas e critérios de divulgação em RSC. Algumas dessas normas, *rankings* e códigos de divulgação são: normas AA1000, do *Institute of Social and Ethical AccountAbility*, norma *Internacional Social Accountability 8000 (SA-8000)*, da *Social Accountability International*, série ISO14000, norma ISO26000, da *International Organization for Standardization*, Indicadores Ethos, *Dow Jones Sustainability Index*, *FTSE4Good*, *SustainAbility's list of the 100 best sustainability reports*, *World Business Council for Sustainability Development (WBCSD)*, *UN Global Compact*, *KPMG Sustainability Reporting Survey of CSR Reporting* e *Global Reporting Initiative (GRI)*.

Foi lançada em novembro de 1999, a A1000, que é uma norma de *accountability*. Ela foi a primeira norma na gestão de responsabilidade social corporativa, voltada para contabilidade e auditoria. Essa norma primeiramente foi pensada por várias organizações com o apoio do *Institute of Social and Ethical Accountability (ISEA)*, sediado em Londres. A AA1000 une os valores e metas organizacionais para realizar a comunicação em RSC. A AA100 é um padrão com foco no processo. Assim, as empresas poderão ter um guia de como gerenciar a *accountability* e o desempenho social corporativo.

*Social Accountability 8000* foi criada para garantir direitos trabalhistas, especialmente de países subdesenvolvidos. Grandes empresas se instalavam em países mais pobres, para se apropriar da mão de obra mais barata e de fornecedores de matéria prima. A SA8000 enfatiza o uso dos sistemas de gestão para o aperfeiçoamento contínuo. Essa norma possui nove requisitos como: trabalho infantil, trabalho forçado, saúde e segurança, liberdade de associação e negociação coletiva, discriminação, práticas disciplinares, horário de trabalho, remuneração e sistemas de gestão. A empresa pode ganhar a certificação da SA8000 se observar esses nove requisitos. Além disso, a firma precisa ter fornecedores éticos e participação de funcionários no processo de tomada de decisão.

A ISO14000 é uma norma elaborada pela *International Organization for Standardization*, para servir como guia da gestão ambiental nas organizações públicas e

privadas. Essa norma trata de assuntos como melhoria contínua, aspectos e impactos ambientais, sistema de gestão ambiental, desempenho ambiental, política ambiental e meta ambiental. Além disso, ela busca avaliar os impactos ambientais do produto através de todo o seu ciclo de vida, ou seja, desde a extração da matéria-prima até a eliminação/descarte. Dessa maneira, quando a empresa decide implementar a ISO14000, ela pode receber um certificado para atestar a sua responsabilidade perante a sua utilização dos recursos naturais.

A ISO26000, lançada em Genebra, é considerada a primeira norma sobre responsabilidade social corporativa. Ela serve como um norte para a atuação das empresas sobre sete princípios ambientais: responsabilidade, transparência, comportamento ético, consideração pelas partes interessadas, legalidade, normas internacionais e direitos humanos. A versão final da ISO26000 foi publicada em 2010. Vale ressaltar que essa norma não oferece certificação para firmas, seu uso é voluntário. Dessa maneira, a ISO26000 trata-se do engajamento da empresa para os aspectos socioambientais.

Indicadores Ethos é uma ferramenta de auxílio na divulgação de informações em responsabilidade social empresarial. O questionário de indicadores é formado por sete temas, como valores, transparência e governança, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores e clientes, comunidade e governo e sociedade. Cada indicador possui uma estrutura de divulgação, que pode ser indicadores de profundidade, indicadores binários e indicadores quantitativos. O número que utiliza os indicadores Ethos vem aumentando gradativamente. Em 2000, apenas 71 empresas brasileiras utilizavam essa ferramenta. Já em 2007, 852 empresas de todo Brasil utilizavam os indicadores Ethos na divulgação de relatórios (ETHOS, 2018).

*Dow Jones Sustainability World Index* é um índice que agrupa empresas líderes em sustentabilidade de acordo com seu desempenho financeiro. Já o *FTSE4Good* avalia a performance da empresa em relação a critérios como meio ambiente, direitos humanos, trabalho, padrões de trabalho da cadeia de suprimentos, anticorrupção e mudanças climáticas. Diante disso, as empresas devem seguir uma conduta favorável de sustentabilidade para ser incluídos no *FTSE4Good*. *FTSE4Good* exclui automaticamente empresas de tabaco, fabricantes de armas, empresas envolvidas com mineração e processamento de urânio.

*SustainAbility's list of the 100 best sustainability reports* é uma lista com a pontuação das cem melhores empresas em relação a divulgação das ações em sustentabilidade. O *World Business Council for Sustainability Development* (WBCSD) é um grupo composto por 180

empresas que contribuem para a transição para um mundo sustentável. No Brasil, o WBCSD é representado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). As empresas integrantes desse conselho são convidadas a entrar e devem investir constantemente em programas sociais.

*UN Global Compact* é uma ação da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento Sustentável e busca uma relação benéfica entre sociedade e empresas. Esse pacto é composto por dez princípios e é puramente voluntário. Ele tem como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os dez princípios abrangem questões como direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e anticorrupção. *KPMG Sustainability Reporting Survey of CSR Reporting* é um relatório anual da empresa holandesa KPMG que faz pesquisas sobre a RSC em nos países do G20.

*Global Reporting Initiative (GRI)* é uma organização sem fins lucrativos, que é líder global na organização de diretrizes para os relatórios de sustentabilidade. Essa organização tem como objetivo tornar a prática padrão de relatórios, fornecendo orientações as firmas. As Diretrizes de Elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade consistem de princípios para definição e qualidade do relatório, além de orientações e indicadores de desempenho. Qualquer empresa, independente do seu tamanho ou setor pode publicar relatórios de sustentabilidade (GRI). Assim, a GRI auxilia as firmas a evidenciar suas ações ambientais, econômicas e sociais (MONEVA; ARCHEL; CORREA, 2006).

### **2.2.1 A Importância da evidenciação em Responsabilidade Social Corporativa e os *stakeholders***

A expressão inglesa *stakeholder* tornou-se recorrente nos textos de administração do Brasil a partir de meados dos anos 1990 e hoje praticamente não é mais traduzido (BARBIERI; CAJAZEIRA). Ao analisar o termo, percebe-se que ele é composto por duas palavras: *stake* e *holder*. *Stake* significa parte e *holder* aquele que possui. Assim, pode-se compreender que os *stakeholders* são aquelas partes interessadas na atuação da empresa. *Stakeholder* é o grupo de indivíduos que pode afetar ou ser afetado pela atuação das firmas (FREEMAN, 1984).

Consoante Oliveira (2013), os *stakeholders* são entidades com legitimidade para reivindicar as ações empresariais, como clientes, empregados, governo, ONGs e fornecedores. Phillips (2003) afirma que os *stakeholders* possuem obrigações morais com a empresa, bem

como a empresa possui obrigações morais com seus *stakeholders*. O autor acredita que o administrador é o indivíduo capaz de gerenciar os *stakeholders* de uma firma. Também é função do administrador traduzir as demandas dos *stakeholders* em objetivos organizacionais (FREEMAN *et al.*, 2010). Independentemente do tamanho da empresa, seus administradores podem atuar na condução do bem-estar de seus *stakeholders*.

Clarkson (1995) considera que as empresas possuem *stakeholders* primários e secundários. Os primários são aqueles que atuam diretamente sobre a natureza da organização, sem eles a empresa não sobreviveria, como fornecedores e clientes. Enquanto que os secundários afetam as ações da empresa, porém não interferem diretamente nas transações, como a mídia.

As organizações, que em outrora, foram instituições voltadas essencialmente para o lucro, passam a refletir sobre os impactos de sua atuação na sociedade (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2012). Diante desse contexto, muitas empresas possuem poder econômico maior do que alguns países e suas decisões impactam significativamente o meio ambiente (OLIVEIRA, 2013). Por isso, as empresas precisam adotar práticas de responsabilidade social corporativa para cumprir com as obrigações legais e de altruísmo social.

Diversos autores tem contribuído para a evolução do conceito de RSC, entre eles Bowen (1953) com o livro de título “Responsabilidades Sociais do homem de negócios”, e por conseguinte, os estudos de Davis (1960), Carroll (1979), Freeman (1984) e Jones (1995). A RSC reúne preocupações econômicas, legais, éticas e discricionárias (CARROLL, 1979) para promover o desenvolvimento sustentável (JAMALI e MIRSHAK, 2007), atendendo as partes interessadas na atuação da firma (FREEMAN, 2010). No entanto, é diagnosticado que a RSC não é uma atividade de filantropia, mas sim uma parte estratégica da empresa.

O modelo da RSC foi proposto por Carroll (1979), mas vem sofrendo mudanças nos últimos anos por Wartick e Cochran (1985) e Wood (1991). Este modelo de Carroll (1979) e Schwartz e Carroll (2003) apresentam o aspecto tridimensional da RSC: o domínio ético, o domínio legal e o domínio econômico. O domínio ético representa o comportamento que a sociedade espera da empresa, o domínio legal representa o cumprimento das legislações e normais e o domínio econômico é a finalidade da empresa, ou seja, garantir sua continuidade (CARROLL, 1979).

Em vista disso, é verificada a importância dos esforços empresariais para garantir a completude do modelo tridimensional da RSC. Existem cinco modos de a empresa atuar em RSC (EUROPEAN COMMISSION, 2004), entre eles a divulgação dos relatórios com práticas em RSC. Assim, aumenta as pressões para que as firmas publiquem suas condutas e conquistas em práticas sustentáveis (GRECCO *et al.*, 2013). Para Oliveira (2013), a interação entre firma e *stakeholders* se faz por suas estratégias de comunicação, uma dessas é o relatório de sustentabilidade.

Nos últimos anos, o volume de relatórios divulgados pelas empresas tem aumentado. Os relatórios tem tido maior qualidade nas informações com gráficos incrementais e informações qualitativas (WALLER; LANIS, 2009). Eles funcionam como uma prestação de contas no âmbito socioambiental aos *stakeholders* (GRAY; HOURY; LAVERS, 1995; WALLER; LANIS, 2009). Entende-se também que esses documentos sustentam estruturas ideológicas, em que a empresa acredita. Gamerschlag, Möller e Verbeeten (2011) e Pinheiro *et al.* (2016) acrescentam a importância dessa transparência para a estrutura acionária.

Não existe uma estrutura fixa para a evidenciação em RSC através dos relatórios. No entanto, os relatórios que seguem as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) vêm se tornando frequente no mundo corporativo desde 1980 (OLIVEIRA, 2013). Estudos, como o de Soares *et al.* (2016), mostram uma relação estatisticamente positiva entre a divulgação pela GRI e a melhor qualidade da informação em RSC. Outros estudos acompanham a tendência de avaliar a qualidade da divulgação em RSC, como Cardoso, De Luca e Gallon (2014), Almeida *et al.* (2015), Pinheiro *et al.* (2016).

O GRI apresenta diretrizes a serem seguidas pela empresa no momento da divulgação em RSC. Seu formato busca contemplar as três dimensões da sustentabilidade: econômica, social e ambiental através de seus indicadores (MONEVA; ARCHEL; CORREA, 2006). Como apresentado, diversos estudos mostram a relação da publicação segundo a GRI e o desempenho social corporativo. Entretanto, outro aspecto influencia o desempenho em RSC da firma: o ambiente institucional. Assim, o perfil do país é um fator explicativo para as diferenças entre práticas de RSC (GJØLBERG, 2009).

Evidenciar informações em RSC possibilita uma maior transparência da empresa com seus *stakeholders*. Além de que a divulgação legitima as atividades das empresas, constrói uma visão altruísta da organização, atender as expectativas dos consumidores mais exigentes e pode melhorar o aspecto financeiro, já que o investidor pode tomar uma decisão com base

em outras informações, não apenas da análise dos indicadores financeiros e econômicos. Dessa maneira, isso pode ter um impacto positivo no preço de suas ações. Contudo, a divulgação em RSC apresenta custos diretos e indiretos para firma.

### **2.3 A Teoria Institucional e o Sistema Nacional de Negócios (SNN)**

A Teoria Institucional surgiu no fim do século XIX e é considerada até hoje um tema multidisciplinar, uma vez que percorre o ambiente de diversas áreas, como ciência política, economia, sociologia, administração e contabilidade. Ela fornece uma visão complexa das organizações, uma vez que investiga como as pressões normativas, por exemplo, o Estado pode influenciar a atuação das firmas. Dessa maneira, a Teoria Institucional é o produto da emaranhado de corpos teóricos, que fornece uma visão complexa das organizações (ZUCKER, 1987). No entanto, as contribuições da Teoria Institucional não se limitam apenas ao campo organizacional (TOLBERT; ZUCKER, 1998). Isso quer dizer que, a Teoria Institucional também pondera sobre os fatores do ambiente externo.

Na área das ciências sociais March e Olsen (1984), Brunsson e Olsen (1993) e Olsen e Peters (1996) contribuíram para o desenvolvimento da Teoria Institucional. Já no âmbito da economia, North (1990), Alston, Eggerston e Norte (1996) e Khalil (1995) e da sociologia, DiMaggio e Powell (1991), Scott (1995) e Zucker (1987) tiveram parte nas abordagens institucionais.

As firmas são levadas a incorporar práticas institucionalizadas na sociedade, para aumentar sua legitimidade e suas perspectivas de sobrevivência (MEYER; ROWAN, 1977). Não obstante, deve-se compreender que a teoria não é um conjunto de proposições que tem foco na análise organizacional (TOLBERT; ZUCKER, 1998). Dias Filho (2003) sugere que a teoria institucional explica a estrutura e o funcionamento das firmas como uma realidade socialmente construída. As organizações agem em função de regras, procedimentos, crenças e valores predominantes em determinado contexto.

O conceito de instituição vem sendo empregado há diversos anos por sociólogos e outros campos de estudo. Instituição se tornou uma palavra-chave dentro de discussões políticas e científicas recentes (ANKARLOO, 2002). Existem algumas definições para o termo, dentre estas a de Hughes (1936). Este autor acredita que as instituições são empreendimentos sociais empregados de maneira permanente. Ademais, o autor observa as instituições como fenômenos sociais. Já na visão de Selznick (1972), as instituições

representam a expressão estrutural da ação racional. Ainda segundo o autor, institucionalizar é a atribuição de valor à organização, realizada pelo líder da organização.

Para March e Olsen (1989), as instituições são formadas por elementos formais, como regras, costumes, rotinas e hábitos e elementos informais, como cultura e fatores comportamentais. As instituições consistem de estruturas formais, como constituições, leis e direitos de propriedade e de estruturas informais, como sanções, tradições, costumes e códigos de conduta. (NORTH, 1990). O autor também acredita que as instituições provem a estrutura de incentivo de uma economia.

Conforme Scott (1995), as instituições são estruturas e atividades cognitivas, reguladoras e normativas. As instituições são mecanismos de resolução de conflitos com base em regras e punições. Dessa maneira, o controle coletivo é exercido (COMMONS, 1931). Mitchell (1910) acredita que as instituições são hábitos mentais que ganham aceitação geral como normas de conduta. Para Williamson (1985), as instituições são firmas, mercados e relações contratuais.

A Velha Economia Institucional (VEI) inicia com o artigo seminal de Thorstein Veblen, *Why is Economics not an Evolutionary Science*, de 1898. (CAVALCANTE, 2014). Nesse artigo, o autor afirma a existência de uma ciência econômica que reconheça o processo evolutivo das instituições. Os principais autores desta corrente são Wesley Mitchell e John Commons.

O velho institucionalismo defendia a ciência empírica, diferente das formulações teóricas ortodoxas, baseadas em hipóteses irrealistas, fundamentadas em suposições psicológico-comportamentais que possuíam pouco contato com o funcionamento real da economia (RUTHERFORD, 2001).

Consoante o velho institucionalismo econômico, a instituição é o principal objeto de análise. A instituição é uma forma de pensar ou agir de algo que prevalece e permanece. Ela está inserida nos hábitos de um grupo ou nos costumes de um povo. Assim, percebe-se o caráter social e cultural das instituições.

Já a Nova Sociologia Institucional (NSI) considera que, para assegurar a sua sobrevivência, a organização precisa se conformar às normas sociais de comportamento aceitável, além de atingir níveis de eficiência produtiva. De acordo com DiMaggio e Powell (1983), existem três tipos de isomorfismo. O isomorfismo é um processo que força as firmas a

se modificarem, buscando se equilibrar as características do ambiente em que ela atua. Por exemplo, ao entrar em um contexto de atuação, a firma tende a buscar ganhar competências e/ou perder algumas não necessárias, a fim de garantir sua sobrevivência.

O isomorfismo coercitivo é o resultado das pressões formais e informais das organizações por outras. Enquanto que o isomorfismo mimético é aquele em que a firma toma um modelo a ser seguido em um cenário de riscos. Dessa maneira, ela tende a imitar outra organização que é líder na resolução de problema. Finalmente, o isomorfismo normativo é entendido como as definições, métodos e normas de uma profissão.

O termo *New Institutional Economics* se tornou mais conhecido por volta de 1980, depois de ter sido introduzido por Oliver Williamson, em 1975 (RICHTER, 2005). NEI (Nova Economia Institucional) é uma escola de ideias influenciada pelo pensamento social liberal. Nessa escola são tratados os conceitos de "sobrevivência dos mais aptos", oferta e demanda, marginalismo e fatores de produção (ANKARLOO, 2002). O autor Richter (2005) listou os campos de estudo que fazem parte da Nova Economia Institucional, dentre eles destacam-se custo de transação e direito de propriedade (FURUBOTN; RICHTER, 1984 ; LANGLOIS, 1986; NABLI; NUGENT, 1989; HARRISS *et al*, 1995; DROBAK; NYE, 1997; CLAGUE, 1997) e economia evolucionária (FURUBOTN; RICHTER, 1984 ; LANGLOIS, 1986).

O custo de transação é “o custo de usar o mecanismo de preços” ou “o custo de se levar uma transação adiante através de uma troca no mercado” (COASE, 1998). No entendimento de Cavalcante (2014), os custos de transação são todos aqueles envolvidos numa transação econômica, como a pesquisa de preços, os contratos e o próprio conhecimento do mercado. O artigo *The Nature of the Firm*, de Coase de 1937, iniciou a ideia de que toda transação possui um custo. Ankarloo (2002, p. 19) afirma em seu artigo que "*Transaction costs were supposed to help explain institutions in history, but instead they are dependent upon them*". Os custos de transação estão presentes em toda parte da firma, mas cabe aos gestores saber minimizá-los, através da melhor alocação de recursos.

A Nova Economia Institucional deixa o pressuposto neoclássico da maximização da utilidade pelos indivíduos, no entanto ela não abandona totalmente com a teoria econômica neoclássica. Nessa perspectiva, menciona-se que a nova economia institucional explica instituições capitalistas através de ferramental neoclássico. Essa abordagem teórica utiliza instrumentos, como os arranjos institucionais de contratos e organizações em ambiente competitivo, em que a gestão é disciplinada pela pressão competitiva dos mercados.

Conforme, Bird e Smurker (2007), as empresas atuam em diferentes contextos culturais e institucionais. Dessa maneira, as pressões institucionais de cada país podem influenciar as práticas de sustentabilidade de suas empresas. Portanto, deve-se entender a agenda do Sistema Nacional de Negócios (SNN). A teoria do SNN tem a capacidade de explicar as diferentes práticas empresariais em diferentes contextos nacionais. Conforme Brookes, Brewster e Wood (2005), a estruturação da empresa é um reflexo da trajetória de desenvolvimento institucional do país em que ela está inserida.

Nesse aspecto, as características mais relevantes em um Sistema Nacional de Negócios é o sistema político, financeiro, educacional e trabalhista e cultural (MATTEN; MOON, 2008). Os autores propõem um modelo no qual organizam a ideia de que a estrutura de negócios influencia a natureza da empresa, os processos de mercado e os sistemas de coordenação e controle. Também é entendido que o campo organizacional pode fazer a firma a adotar práticas de isomorfismo. E tudo isso, pode ter um efeito nas formas de responsabilidade social corporativa, seja ela implícita ou explícita.

As práticas de RSC explícitas são decisões deliberadas, voluntárias e em muitos casos, é uma estratégia empresarial para mostrar uma imagem positiva perante os *stakeholders*, no caso a divulgação de relatórios de sustentabilidade. Por outro lado, a RSC implícita é resultado das obrigações do ambiente institucional da firma. São práticas que, em alguns casos, não são evidenciados pela mídia.

### **2.3.1 O Ambiente Institucional determinando as práticas organizacionais**

Nos finais do século XIX tem início os estudos acerca da Teoria Institucional no campo das Ciências Sociais. Já no século seguinte, o tema é constante também em outras áreas de estudo, como economia e política, apoiadas nas pesquisas de Westley Mitchel, Emile Durkheim e Max Weber (CARVALHO; VIEIRA, 2003). Hoje, no século XXI, a Teoria Institucional tem contribuído para os estudos das práticas organizacionais. Entende-se que os resultados organizacionais não são apenas reflexos das capacidades humanas, mas também do contexto econômico e político em que instituições estão instaladas.

Nesse sentido, as instituições são entendidas como regras, normas e rotinas em um meio social (MARCH; OLSEN, 1989; NORTH, 1990; MATTEN; MOON, 2008) que fundamentam os elementos formais. Enquanto que os elementos informais são constituídos pela cultura e fatores comportamentais dos indivíduos (DEEPHOUSE; NEWBURRY;

SOLEIMAN, 2016). Assim, as instituições compõem as atividades cognitivas, reguladoras e normativas que fiscaliza os aspectos comportamentais da sociedade (SCOTT, 1995). Durkheim (2002) acrescenta que as instituições possuem valores internalizados.

O efeito do ambiente institucional nas firmas possibilitou observar as organizações por outra vertente, diferente da concepção tradicional. As empresas, na concepção tradicional, acreditavam que seu resultado era o reflexo racional e eficiente dos gestores (TOLBERT; ZUCKER, 1998). Em contrapartida, hoje, as firmas são julgadas por suas interações políticas, culturais, processos cognitivos e simbólicos (QUINELLO, 2007), uma vez que sua atuação depende das estruturas simbólico-normativas de um contexto de referência (GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005). Dessa maneira, o ambiente institucional atua nos fatores organizacionais (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983; SCOTT, 1987).

Diante disso, as organizações têm atuado em campos organizacionais diversos (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Assim, cabe o entendimento dos diferentes fornecedores, consumidores, agências reguladoras e concorrentes para cada campo organizacional. Greenwood *et al.* (2008) dedica-se aos estudos *cross-national*, isto é, o entendimento das firmas dentro de diferentes campos organizacionais em diferentes países. É entendido que cada país possui uma cultura única e isso afeta suas práticas organizacionais.

De fato, as organizações atuam em campos organizacionais diferentes, entretanto elas recorrem ao processo de isomorfismo institucional (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Esse processo corresponde a capacidade de mudança da firma para atender as características do ambiente institucional que ela atua. Como resultado, garantir a sua sobrevivência e obedecer as pressões isomórficas de cada sociedade (DELMAS, 2002; TEMPEL; WALGENBACH, 2007). Uma das pressões isomórficas presente no contexto empresarial é a transparência em responsabilidade social corporativa (RSC). Então, as firmas tem se esforçado para a adoção da evidenciação em RSC através de suas políticas estratégicas de sustentabilidade.

### **2.3.2 O Ambiente Institucional e as práticas de RSC em países emergentes e desenvolvidos**

Desde 1970, cientistas têm pesquisado sobre que fatores que podem determinar a atuação da empresa em RSC. Contudo, esses fatores foram, especialmente, internos à organização, como o tamanho, o setor de atuação, endividamento e *book-to-market* (FIFKA, 2013). Então, já que as empresas atuam em diversos contextos organizacionais (DIMAGGIO;

POWELL, 1983), deve-se compreender a influência dos fatores externos, ligados ao ambiente institucional de cada nação, em relação às atitudes de responsabilidade social corporativa.

Nessa perspectiva, Campbell (2006) assume que as instituições nacionais são responsáveis pelas diferenças transacionais nas atitudes em RSC. Assim, as práticas de RSC podem ser comparadas em um contexto nacional, cultural e institucional (MATTEN; MOON, 2008) de países emergentes e desenvolvidos. Entende-se que ambientes mais regulamentados como o dos países desenvolvidos, as firmas sejam motivadas a realizar uma divulgação maior em RSC.

Consoante Scott (2008), as práticas em RSC pode não parecer significativas a curto prazo, mas a longo prazo a RSC tem efeitos em muitas áreas de uma organização. Nos países desenvolvidos existem reivindicações sobre as práticas trabalhistas e proteção ambiental por parte dos *stakeholders*. Já para os países em desenvolvimento, as ações em RSC estão voltadas para a reputação da marca. Uma pesquisa realizada pelo *Corporate Social Responsibility Monitor* (2001) mostra que países como o Reino Unido e o Canadá tem demonstrado uma postura condizente em RSC. A pesquisa também observou que o Brasil e a Índia possuem demandas atenuadas para a RSC.

Além disso, esta mesma pesquisa revelou que em países desenvolvidos os consumidores se sentem fortes para boicotar uma marca por anos, já nos países em desenvolvimento a ação mais contundente, quando insatisfeitos com suas práticas ambientais, é a crítica nas suas relações sociais. Os estudos de Gunnarsson (1991) explicam que nos países em desenvolvimento os atores são excluídos dos grandes setores da sociedade. Diante disso, as pessoas têm menos oportunidades sobre as decisões do ambiente institucional do país.

Jamali e Neville (2011) acreditam que embora as práticas de responsabilidade social corporativa sejam diferentes em cada país, as práticas em sustentabilidade têm aumentado nas empresas, seja de países emergentes ou desenvolvidos. Os autores constataram também que as ações em RSC em países subdesenvolvidos são motivadas por questões altruístas de cunho religioso. Diante disso, pode-se inferir a interferência de aspectos culturais na *disclosure* de RSC.

Estudos como o de Pinheiro *et al.* (2016) encontrou que o sistema financeiro afeta a dinâmica em RSC. Além disso, De Castro *et al* (2016) encontrou relações estatísticas entre as

práticas de RSC e o ambiente político. Já De Moraes Menezes *et al* (2016) achou correlações entre as melhores práticas trabalhistas e a divulgações de informações em sustentabilidade.

## **2.4 Hipóteses de estudo**

A corrupção é um dos maiores desafios para o desenvolvimento econômico e social de um país (BANCO MUNDIAL, 2006). Ioannou e Serafeim (2012) acreditam que países com elevada taxa de corrupção, as empresas tendem a adotar mais práticas antiéticas, como mão de obra ilegal ou matéria prima não regulamentada. Entende-se que quanto maior o controle da corrupção em um país, mais as empresas podem atuar em prol a responsabilidade social corporativa. Baughn, Body e McIntosh (2007) afirmam que altos níveis de corrupção favorecem baixa transparência na evidenciação da RSC. Dessa maneira, apresenta-se como a primeira hipótese de pesquisa:

*H1: A evidenciação em RSC está positivamente relacionada ao controle da corrupção por parte dos países.*

A *disclosure* em RSC é maior em países que dependem prioritariamente do financiamento empresarial através do mercado de ações do que países que recorrem aos financiamentos bancário (BALL, 1995; NOBES, 1998). Os estudos de Yang, Graig e Farley (2015) mostram que a evidenciação em RSC de algumas empresas chinesas foi aumentada após o lançamento delas no mercado de ações de Xangai. Entende-se que as informações de RSC podem apresentar uma maior transparência aos *stakeholders*, bem como reduz o custo de capital das empresas. Karagiorgos (2010) encontra uma relação positiva entre o desempenho financeiro e a adoção da sustentabilidade nas empresas gregas. Da mesma maneira, os achados de Fiori, di Donato e Izzo (2007) mostram uma relação positiva entre o desempenho socioambiental e 25 empresas italianas em 2006 e o retorno sobre o patrimônio líquido. Depreende-se, portanto, que:

*H2: A facilidade de acesso ao crédito em uma nação está positivamente relacionada com a evidenciação social e ambiental.*

A educação pode interferir nas práticas de RSC a medida que investidores com maior nível de educação são mais conscientes dos impactos ambientais. O estudo de Huang (2013) mostra uma relação positiva entre a especialização educacional dos gestores estratégicos e o desempenho social corporativo da empresa. Na mesma linha de pensamento, Greening e Turban (2000) acreditam que investir em ações de RSC é uma forma de atrair mão de obra

qualificada. Os estudos de Chih, Chih e Shen (2010) mostram que países com as melhores escolas de gestão apresentam também as melhores práticas de sustentabilidade em suas empresas. A pesquisa deles investigou 520 firmas durante os anos de 2003, 2004 e 2005. Assim, a pesquisa comprovará se:

*H3: A qualidade do Sistema de Educação de um país está relacionada positivamente com a extensão da divulgação em RSC.*

As firmas serão mais responsáveis ambientalmente se fizerem parte de sindicatos ou associações de empregados (CAMPBELL, 2007). Ioannou e Sarafeim (2012) argumentam que a existência de mais sindicatos pode favorecer mais benefícios trabalhistas aos empregados. Dessa forma, as empresas estariam mais engajadas com aspectos sociais, o que influenciaria nas ações em RSC. Os autores também acreditam que os sindicatos podem favorecer a existência de um canal de comunicação entre a firma e os colaboradores. Subramaniam (2015) encontrou que a diversidade de empregados pode levar a organização a ser mais transparente em RSC. O estudo deste autor revelou uma relação positiva entre diretores estrangeiros e uma maior evidenciação em RSC nas empresas de Bangladesh. Diante disso, é possível extrair a quarta hipótese de estudo:

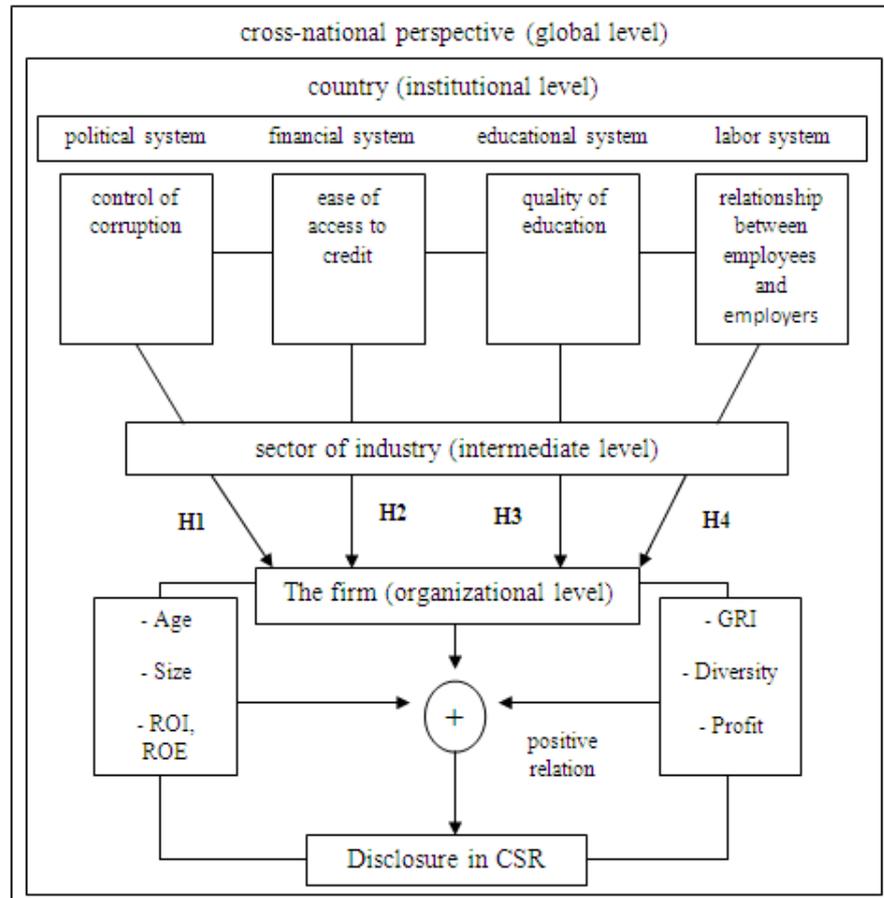
*H4: O disclosure em RSC é influenciado positivamente pela maior qualidade das relações trabalhistas.*

Diante da proposição das hipóteses, foi construída a figura 3, em que relaciona as hipóteses e suas relações com o ambiente institucional do país. Assim, o nível institucional é representado por quatro pilares (sistema política, sistema financeiro, sistema educacional e sistema trabalhista). Em seguida, no nível intermediário está representado o setor da indústria que a empresa está inserida. O tipo de indústria desempenha um papel importante na *disclosure* em RSC. A divulgação de informações em sustentabilidade difere do setor manufatureiro para o setor de serviços (MCGUIRE *et al.*, 2003; KOLK, 2003).

O setor manufatureiro divulga mais sobre comunidade local, segurança e saúde dos colaboradores, já o setor de petróleo e gás ocorre uma maior divulgação das informações ambientais, como água e energia (WADDOCK; GRAVES, 1997). Estudos anteriores (LINDA; SCOTT, 1987; GRAY, 2002; NEWSON; DEEGAN, 2002; PARSAR; DENG, 2008; WANDERLEY, LUCIAN, FARACHE, DE SOUSA FILHO, 2008; BRANCO;

RODRIGUES, 2008) encontraram uma relação positiva entre o tipo da indústria e a divulgação em RSC.

Figura 1 – Modelo teórico de pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

### **3 METODOLOGIA**

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada na pesquisa. Em seu conteúdo é abordada a tipologia da pesquisa, a população e a amostra com seus critérios de seleção, o detalhamento das variáveis dependentes e independentes, bem como as técnicas de análise de dados e o modelo conceitual empregado.

#### **3.1 Tipologia da pesquisa**

O estudo tem natureza de pesquisa básica, ao gerar conhecimento, testar hipóteses e construir teorias (GIL, 1999). Quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como quantitativa. A pesquisa quantitativa emprega recursos e técnicas estatísticos para a coleta e para o tratamento dos dados mensuráveis (RICHARDON, 2009; ROESCH, 2006) e ela tem como finalidade medir o grau de relação entre as variáveis (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Quanto aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e correlacional, uma vez que são detalhadas as características de uma população, através da relação entre as variáveis. A pesquisa descritiva utiliza como metodologia estudos experimental (GRAY, 2012; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). A pesquisa descritiva mede e coleta informações acerca das características, propriedades ou comportamentos dos fenômenos (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica e documental, pois são utilizados os relatórios de sustentabilidade e os relatórios anuais das empresas, disponibilizados em suas *webpages*, para a coleta de dados secundários. Dessa forma, os dados utilizados já foram publicados em relação ao tema de estudo (LAKATOS; MARCONI, 2002). Ademais, as variáveis do ambiente institucional dos países foram coletadas de fontes públicas, como Fórum Econômico Mundial, Banco Mundial e Transparência Internacional.

#### **3.2 População e amostra**

A população da pesquisa considerou, inicialmente, todas as empresas de capital aberto negociadas nas bolsas de valores do Brasil (BM&FBovespa) e do Reino Unido (*London Stock Exchange - LSE*), entre o período de 2007 e 2016. Dessa população foram selecionadas as empresas destes dois países que estavam presentes na lista da *Forbes 2000*, publicada no ano de 2008 (com dados referentes ao ano de 2007). A partir desta seleção, selecionaram-se as

empresas do setor de utilidade pública (*utilities*), sendo 7 empresas brasileiras e 7 empresas britânicas.

No entanto, não foram encontrados dados de responsabilidade social corporativa nos relatórios anuais de uma empresa brasileira durante os anos de 2007 a 2009 e uma empresa britânica foi extinta em 2009, acarretando a não divulgação de relatórios a partir de então. Diante disso, a empresa brasileira *Light* e a britânica *British Energy Group* (BP) foram excluídas da amostra analisada. O quadro 1 apresenta as empresas selecionadas e seu respectivo país de origem.

Quadro 2 – Relação de empresas selecionadas no Brasil e no Reino Unido

<b>EMPRESAS SELECIONADAS PELA AMOSTRA</b>		
Setor/País	BRASIL	REINO UNIDO
Utilidade Pública	Cemig	Centrica
	CESP	DraxGroup
	Copel	National Grid
	CPFL Energia	Scottish& Southern
	Eletrobrás	Severn Trent
	Sabesp	United Utilities

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Forbes (2015)

A justificativa para a escolha de estudar o Brasil e Reino Unido se dá pelo objetivo de fazer uma análise comparativa entre os ambientes institucionais destes países em relação à evidenciação da responsabilidade social corporativa de suas firmas. Nesse aspecto, a perspectiva de se trabalhar com uma nação desenvolvida e uma emergente, possibilita um entendimento de como a agenda de RSC é apresentada em países emergentes, já que a RSC foi pensada, inicialmente, para a realidade de firmas em países desenvolvidos.

Além disso, a robustez de seus PIBs em relação à economia global, sendo o Reino Unido a 5ª maior economia do mundo e o Brasil a 9ª maior economia, não apresenta criteriosamente os detalhes de desenvolvimento econômico dos países. É visto, por outros indicadores de desempenho, que o Brasil se encontra em um patamar bem distante do Reino Unido em termos de eficiência no mercado de trabalho, qualidade de vida, inovação e qualidade do sistema educacional e de saúde.

Nessa perspectiva, cabe a análise comparativa para descobrir a interferência do Sistema Nacional de Negócios (SNN) de cada país nas práticas de sustentabilidade das empresas de utilidade pública. Esse setor foi escolhido por ser caracterizado como ambientalmente mais sensível (HO; TAYLOR, 2007; GONÇALVES, 2011). Consoante Cai,

Jo e Pan (2012) o desempenho social corporativo pode variar entre os setores da indústria. Para os autores, alguns setores podem possuir uma legislação ambiental mais rigorosa e uma orientação ao desenvolvimento sustentável.

A escolha do espaço temporal se deu pela necessidade de uma análise de longo prazo para a constatação de hipóteses. Assim, é entendido como o ambiente econômico mais instável no Brasil e mais estável no Reino Unido implica na divulgação de informações de sustentabilidade com maior precisão. O ano inicial escolhido foi 2007 por tentar compreender a influência da Crise Mundial de 2008 na evidenciação em RSC nas empresas estudadas. A análise faz um estudo de uma década, durante os anos de 2007 a 2016.

### **3.3 Variáveis de estudo e coleta de dados**

Nessa seção são apresentadas as variáveis de estudo da divulgação em RSC e do ambiente institucional do Brasil e do Reino Unido utilizadas para a análise de dados.

#### **3.3.1 Variáveis dependentes**

As variáveis dependentes utilizadas são a dimensão ambiental (DA) e a dimensão social (DS), que juntas compõem o desempenho social corporativo (DSC). A mensuração do desempenho social corporativo (DSC) das empresas seguiu a metodologia proposta por Fischer e Sawczyn (2013). Os autores propõem que a partir da divulgação de relatórios seguindo as Diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)* se avalie os indicadores ambientais e sociais. Dessa forma, a dimensão ambiental (DA) avalia aspectos como consumo de energia, descarga de água, emissão de gases e resíduos. Já a dimensão social (DS) avalia dentre outros aspectos, as questões de direitos humanos e práticas trabalhistas.

Suportados por evidências de outros estudos como Verrecchia (1983), Dye (1985), Li *et al.* (1997) e Pinheiro *et al.* (2016), espera-se que as empresas com melhores práticas de sustentabilidade evidencie melhor suas informações através dos relatórios anuais e, por consequência, obtenha melhor desempenho social corporativo (DSC). Em contrapartida, empresas com piores práticas em RSC não conseguem imitar ou mesmo atingir seu nível de divulgação (SOARES *et al.*, 2018).

Nesse contexto, Fischer e Sawczyn (2013) estabelecem 15 indicadores ambientais e 16 indicadores sociais a ser avaliados em cada relatório de sustentabilidade. Os autores apontam que esses 31 indicadores são adequados para medir o nível de evidenciação em RSC em uma empresa. Diante disso, o DSC de uma empresa é medido pela qualidade da informação

divulgação, especialmente as informações do tipo *search*, que são aquelas informações socioambientais apresentadas em indicadores (COMYNS *et al.*, 2013). Os indicadores analisados e suas descrições são apresentadas no Quadro 2 e no Quadro 3.

Quadro 3 – Indicadores de análise da GRI para a dimensão ambiental

<b>DIMENSÃO AMBIENTAL</b>	
<b>Indicador</b>	<b>Descrição</b>
EN2	Percentagem de materiais utilizados que são provenientes de reciclagem.
EN3	Consumo direto de energia, discriminado por fonte de energia primária.
EN4	Consumo indireto de energia, discriminado por fonte de energia primária.
EN8	Consumo total de água, por fonte e por qualidade.
EN11	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.
EN12	Descrição dos impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.
EN16	Emissões totais diretas e indiretas de gases do efeito estufa, por peso.
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases do efeito estufa, por peso.
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso.
EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino.
EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação.
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacto.
EN27	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria.
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização, devido às alterações climáticas.

Fonte: Adaptado de Fischer e Sawczyn (2013) e GRI (2006).

Quadro 4 – Indicadores de análise da GRI para a dimensão social

<b>DIMENSÃO SOCIAL</b>	
<b>Indicador</b>	<b>Descrição</b>
LA1	Discriminação da mão de obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região.
LA2	Número total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade, por faixa etária, gênero e região.
LA7	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados com o trabalho, por região.
LA10	Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria e funções.
LA13	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o gênero, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade.

LA14	Discriminação da razão do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções.
HR4	Número total de casos de discriminação e as ações tomadas
HR6	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação.
HR7	Casos em que exista risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação.
SO2	Porcentagem e número total de unidades de negócios alvo de análise de riscos à corrupção.
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.
PR1	Ciclo de vida dos produtos e serviços em que os impactos de saúde e segurança são avaliados com o objetivo de efetuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos.
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos.
EC3	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização.
EC6	Políticas, práticas e proporções de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes.
EC8	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestrutura e serviços que visam essencialmente o benefício público por meio de envolvimento comercial, em gênero ou <i>pro bono</i> .

Fonte: Adaptado de Fischer e Sawczyn (2013) e GRI (2006).

Depois de identificar os indicadores nos relatórios da empresas, para cada um dos 31 indicadores foi atribuída uma pontuação. Esta pontuação varia de acordo com a qualidade da informação divulgada e está dentro de uma escala de 0 a 6 pontos. Assim, o indicador recebe uma pontuação 0 quando não foi divulgado aquele indicador no relatório e 6 quando o indicador contém todos os requisitos. Vale ressaltar que a pontuação é cumulativa, isto é, a cada requisito atendido pelo indicador apresentado vai se acrescentando um ponto a ele. O Quadro 4 mostra todos os requisitos que um indicador deve se enquadrar para receber a pontuação máxima: 6 pontos.

Quadro 5 – Requisitos avaliados em cada indicador da GRI

Pontuação	Requisito
0	Indicador ausente no relatório
1	A informação de desempenho é apresentada de forma absoluta ou relativa.
+1	A informação é apresentada e comparada com outras empresas do setor.
+1	A informação é apresentada e comparada com períodos passados.
+1	A informação é apresentada e comparada com metas traçadas.
+1	A informação é apresentada também de forma normalizada.
+1	A informação é apresentada de forma desagregada.

6	Pontuação máxima obtida por indicador
---	---------------------------------------

Fonte: Adaptado de Fischer e Sawczyn (2013).

Caso a empresa apresente todos os indicadores, de modo que atenda também a todos os requisitos analisados, ela poderá atingir uma pontuação máxima de 90 pontos da dimensão ambiental (15 indicadores x 6 pontos possíveis em cada indicador) e de 96 pontos para a dimensão social (16 indicadores x 6 pontos possíveis em cada indicador). Dessa maneira, perfazendo um total de 186 pontos para o desempenho social corporativo (DSC) ou dimensão total.

Cabe mencionar que após a soma da pontuação obtida pela empresa em um determinado ano será dividido pelo total de pontos que ela poderia obter se divulgasse os dados em sua completude. Por exemplo, para a dimensão ambiental, ela obteve 25 pontos de um total possível de 90 pontos, os pontos obtidos serão divididos pelos pontos possíveis, para que se obtenha o valor percentual. De modo semelhante, é aplicada a “regra dos pontos possíveis” para as outras dimensões: social e total. Essa mesma analogia é empregada para todas as empresas e em todos os anos.

### 3.3.2 Variáveis independentes

As variáveis independentes utilizadas são as características dos ambientes institucionais do Brasil e do Reino Unido. Para isso, utilizaram-se variáveis do Sistema Nacional de Negócios (SNN) dos dois países: controle de corrupção, ambiente financeiro, sistema educacional e relações trabalhistas. A síntese com os indicadores e suas fontes é apresentada no Quadro 5.

Quadro 6 – Variáveis independentes selecionadas

Variável	Indicador	Sigla	Descrição	Fonte dos dados	Hipótese
Estrutura do Sistema Político	Controle da Corrupção	POL	Mede o nível de corrupção em cada país	Transparência Internacional	H1
Estrutura do Sistema Financeiro	Financiamento no mercado financeiro	FIN	Valor de mercado das firmas negociadas em bolsa/PIB	Banco Mundial	H2
Estrutura do Sistema Educacional	Qualidade do ensino secundário e superior	EDU	Qualidade da educação de acordo com três critérios	Fórum Econômico Mundial	H3
Estrutura do Sistema Trabalhista	Eficiência no mercado de trabalho	TRA	Qualidade na relação entre empregados e empregadores	Fórum Econômico Mundial	H4

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Observa-se que os dados sobre o indicador de controle da corrupção (*Corruption Perception Index*) representam o sistema político e foi obtida no portal eletrônico da Transparência Internacional. Para a segunda hipótese de estudo, foi levado em conta o indicador de financiamento no mercado financeiro para resumir a estrutura do sistema financeiro. Esses dados foram extraídos da base de dados do Banco Mundial. O Fórum Econômico Mundial mede a qualidade da educação dos países com base no número de matrículas no ensino secundário, terciário e profissionalizante, número de escolas com acesso à Internet e número de local de serviços especializados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Dessa maneira, foi escolhido esse indicador para representar a estrutura do sistema educacional. Para o sistema de trabalho, o indicador escolhido avalia a qualidade das relações trabalhistas entre os empregados e empregadores, com base em uma escala de 1 a 7.

### **3.3.3 Varáveis de controle**

Nesse estudo não foi considerada nenhuma variável de controle, uma vez que esse tipo de variável é utilizado para neutralizar o impacto de um determinado fator sobre a variável dependente que se estuda. E para o contexto da análise, pesquisa-se apenas um setor da indústria e apenas dois países. No entanto, pretende-se que futuras pesquisas, utilizem o tamanho e a adoção da GRI como variáveis de controle.

## **3.4 Análise de dados**

Os dados foram coletados no período de seis meses, de janeiro a junho de 2018, com o auxílio de uma planilha no *software Excel*. Após a sua coleta, os dados foram submetidos à estatística descritiva com para obter as tendências gerais da amostra e calcular os índices do desempenho social corporativo (DSC), desempenho ambiental (DA) e desempenho social (DS).

Após a sua coleta, os dados foram submetidos à estatística descritiva e inferencial com o auxílio dos *softwares Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* versão 22 e *R Studio* versão 3.2.3 (através do *R Commander*) para obter as tendências gerais da amostra. Dessa maneira, chegou-se aos resultados da média, mínimo, máximo e desvio padrão de cada uma das variáveis, tanto independentes quanto dependentes, ou seja, a estatística descritiva foi realizada para os indicadores dos países e para a *disclosure*.

### **3.4.1 Técnicas estatísticas e modelos conceituais**

Para a abordagem dos dados foi utilizadas, primeiramente, a estatística descritiva. Nessa etapa, utilizou-se a média, a mediana, o desvio padrão, o máximo e o mínimo dos dois conjuntos de dados, o brasileiro e o britânico. Em geral, essas medidas de tendência central foram usadas como suporte para visualizar os dados. A média foi utilizada para identificar a divulgação social corporativa das firmas do Brasil e do Reino Unido. Através dela, pode-se fazer o *ranking* de divulgação por empresas e por países.

A mediana foi calculada para saber o termo médio de cada uma das amostras. Ela também ajudou na construção do histograma, a fim de reconhecer a normalidade dos dados. Vale ressaltar que o termo médio é feito quando se organiza os números de forma crescente ou decrescente. O desvio padrão informa ao pesquisador a variabilidade dos dados, o quão distante eles estão da média. O máximo e o mínimo foram achados para entender qual a divulgação máxima e mínima de cada país.

Foram realizados dois testes de normalidade: o de Kolmogorov-Smirnov e o de Shapiro-Wilk. Os testes de normalidade são adequados para descobrir se uma amostra segue uma distribuição normal. Para tanto, foi observado se a amostra apresentava uma forma de “sino” no histograma. O teste de Kolmogorov-Smirnov observa a máxima diferença absoluta entre a função de distribuição acumulada assumida para os dados e a função de distribuição empírica dos dados. Esse teste foi realizado no *software* R. A fórmula utilizada foi:

```
> ks.test(x, y, ..., alternative = c("two.sided", "less", "greater"), exact = NULL)
```

Onde: x foi o conjunto de dados do Brasil e y foi o conjunto de dados do Reino Unido.

O teste de Shapiro-Wilk foi utilizado para confirmar os dados obtidos no teste anterior. Esse teste também é indicado para verificar se os dados em estudo seguem uma distribuição normal. Dessa maneira, para se constatar a hipótese nula de que os dados seguem uma distribuição normal, os dados devem apresentar p-valor próximo a 0,05. Esse teste também foi realizado no *software* R e a fórmula foi:

```
>shapiro.test(x)
```

Onde: x representou o conjunto de dados brasileiros e britânicos.

O Test-t de Studart foi realizado para avaliar as diferenças de média entre os dois grupos independentes. Diante disso, foi averiguado se a média da amostra era diferente da

média da população. Vale ressaltar que esse teste é usado quando não se conhece a variância da amostra.

A análise da variância (ANOVA) é um método estatístico para testar a igualdade de médias populacionais. No caso, foram analisadas duas médias populacionais: uma brasileira e outra britânica. Os dados foram analisados para o sistema educacional, trabalhista, político e financeiro. No entanto, cada sistema foi dividido em três fatores. Entre grupos, nos grupos e geral.

Para encontrar as relações estatísticas existentes entre as variáveis dependentes e independentes foram utilizados três modelos econométricos: o primeiro para a divulgação total, o segundo para a divulgação ambiental e o terceiro para a divulgação social. O *cross-section across time* permitiu reduzir defeitos de multicolinearidade de variáveis explicativas. Ele também é indicado quando se estuda muitos anos. A seguir, são apresentados os modelos conceituais utilizados nessa pesquisa.

$$DSC_p = \beta_0 + \beta_1 EDU_p + \beta_2 TRA_p + \beta_3 POL_p + \beta_4 FIN_p + \varepsilon_p$$

$$DA_p = \beta_0 + \beta_1 EDU_p + \beta_2 TRA_p + \beta_3 POL_p + \beta_4 FIN_p + \varepsilon_p$$

$$DS_p = \beta_0 + \beta_1 EDU_p + \beta_2 TRA_p + \beta_3 POL_p + \beta_4 FIN_p + \varepsilon_p$$

Onde:  $DSC_p$  é o indicador da divulgação total,  $DA_p$  é o indicador da divulgação ambiental,  $DS_p$  é o indicador da divulgação social,  $\beta_0$  é o coeficiente de linearidade,  $\beta_1 EDU_p$  é o indicador do sistema educacional para cada um dos países,  $\beta_2 TRA_p$  é o indicador do sistema trabalhista,  $\beta_3 POL_p$  é o indicador do sistema político,  $\beta_4 FIN_p$  é o indicador do sistema financeiro e  $\varepsilon_p$  é o indicador que mede o resíduo ou erro dos modelos propostos.

## 4 RESULTADOS

Neste capítulo são divulgados os resultados encontrados na pesquisa. O capítulo está estruturado em seis partes. Será apresentada a análise descritiva das variáveis independentes e das variáveis dependentes, o ranking de divulgação para cada dimensão da *corporate social performance*, o Test-t, a ANOVA e finalmente a análise de regressão de dados em painel.

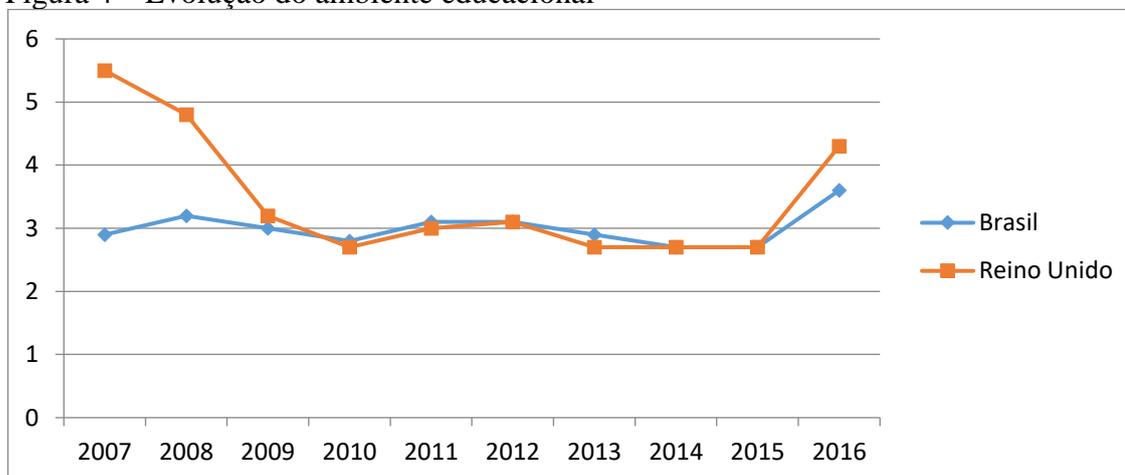
### 4.1 Análise descritiva das variáveis independentes

A estatística descritiva das variáveis que compõem o Sistema Nacional de Negócios (SNN) é importante para a comparação entre os indicadores estudados. Dessa forma, são apresentados o retrato do cenário educacional, trabalhista, político e financeiro do Brasil e do Reino Unido durante os dez anos de análise temporal: de 2007 a 2016.

#### 4.1.1 Ambiente Educacional

Para a análise do ambiente educacional dos países, foi escolhido o indicador que mede a qualidade do sistema educacional do Brasil e do Reino Unido. Assim, os dados apontam que de 2007 a 2010, o Brasil melhorou seu sistema de educação. No entanto, a partir de 2011, o indicador cai e se mantém constante nos anos de 2012 e 2013, ou seja, sem nenhum avanço no indicador. Já no ano de 2014, o indicador cai 10%, indicando que a qualidade da educação no Brasil em 2014 era a mesma que o ano de 2008. Em 2015, o índice reduz novamente em 11,12%. Assim, 2015 foi o pior ano em termos de qualidade educacional durante a década analisada. No entanto, em 2016, o índice apresenta um crescimento de 8,3% em relação ao ano anterior. A Figura 4 apresenta a evolução do indicador durante o espaço temporal analisado.

Figura 4 – Evolução do ambiente educacional



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Os dados da variável também indicam que o sistema educacional britânico é melhor que o brasileiro, uma vez que em todos os anos da análise, os valores foram maiores para o Reino Unido do que para o Brasil. Os resultados mostram que, no ano de 2007, o Reino Unido pontuava em 4,5 no indicador e o índice aumentou para 4,6 no ano seguinte. Contudo, é visto que no ano de 2009, a valor da variável é o mesmo que em 2008, ou seja, constante. Já no ano de 2010, a qualidade do sistema educacional britânico começa a melhorar e essa tendência de crescimento segue no ano de 2011. Porém, nos anos de 2012 e 2013 houve sucessivas quedas no indicador. Em 2014, o indicador se manteve o mesmo que em 2013. Em seguida, os anos de 2015 e 2016 apresentam resultados positivos em relação aos anos anteriores, sendo que 2016, a qualidade do sistema de educação britânico atinge o ponto mais alto em relação aos anos pesquisados. A Figura 4 mostra a evolução deste indicador durante os anos estudados.

Além disso, foi realizada a análise da estatística descritiva dos indicadores para comparar as duas nações. Foi utilizado nesta análise o mínimo, o máximo, a média e o desvio padrão. A Tabela 1 apresenta os dados encontrados.

Tabela 1 – Estatística para o indicador educacional

<b>País</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio</b>	<b>Mínimo</b>	<b>1° Quartil</b>	<b>Mediana</b>	<b>3° Quartil</b>	<b>Máximo</b>
<b>Brasil</b>	2,8	0,249444	2,4	2,625	2,85	3	3,1
<b>Reino Unido</b>	4,66	0,096609	4,5	4,6	4,65	4,7	4,8

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

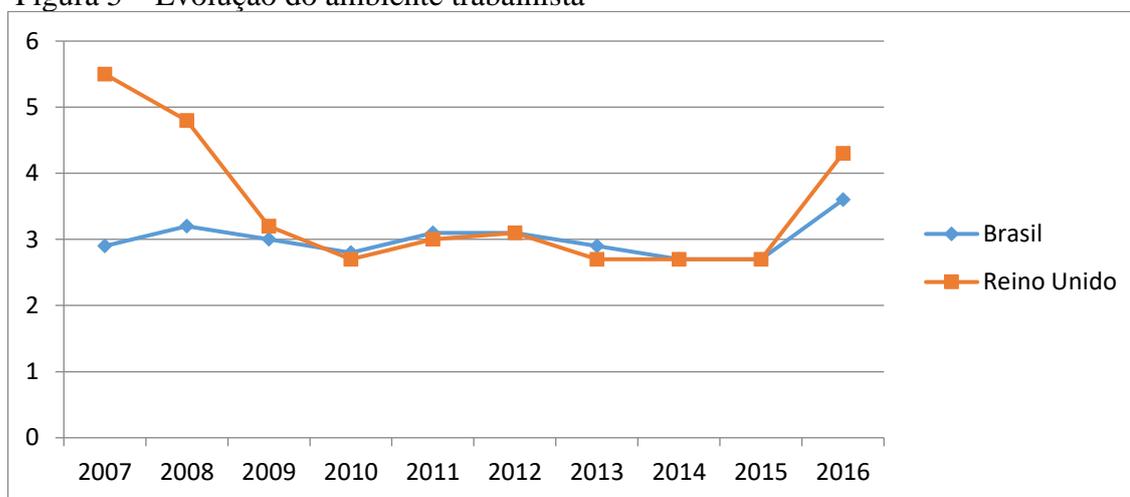
Foi constatado que a média do país Brasil é menor do que a média do país Reino Unido, porque a qualidade do sistema educacional britânico é melhor do que o brasileiro. Dessa forma, em todos os anos, o ambiente de educação do Reino Unido esteve na frente que o brasileiro. O ano de maior proximidade entre os valores de ambos os países foi 2009. É foi diagnosticado uma maior oscilação no campo educacional do Brasil do que no do Reino Unido. A análise possibilita a percepção de que o Brasil saiu de 2,5 em 2007 para 2,6 em 2016, tendo um aumento tímido de 4%. Já o Reino Unido pontuava 4,5 em 2007 e 4,8 em 2016, um aumento mais considerável que o brasileiro.

#### **4.1.2 Ambiente Trabalhista**

No ambiente de trabalho foi escolhido a variável que mede a cooperação entre empregado e empregador nas organizações para representar o sistema trabalhista. Os dados revelam que o Brasil apresentou uma melhoria deste índice de 2007 a 2008, com aumento de

2,3%. No entanto, o crescimento não se manteve em 2009, quando o indicador voltou para o mesmo valor que em 2007. Para o ano de 2010, o índice volta a cair. Em 2011, o país apresenta uma leve recuperação em relação a 2010. O mesmo panorama é visto no ano seguinte, 2012. No entanto, no ano de 2013, as relações trabalhistas no Brasil diminuem em cerca de 4,6% em relação a 2012. Uma queda maior de 10% foi evidenciada no ano de 2014 em relação a 2013. E novamente em 2015, o Brasil diminui a qualidade das suas relações de trabalho. Já em 2016, o país apresenta uma melhora no índice em relação ao ano anterior. A Figura 5 mostra os valores descritos acima.

Figura 5 – Evolução do ambiente trabalhista



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

As relações entre empregado e empregador são melhores no Reino Unido do que no Brasil, como os dados apontam. No Reino Unido, o indicador apresentou uma queda percentual de 9,25% de 2007 a 2008. Já no ano de 2009, houve uma leve melhora na qualidade das relações trabalhistas no Reino Unido de 2%. Os dados mostram valores constantes nos anos de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, isto é, não teve mudanças significativas nas relações de trabalho do Reino Unido durante esse período. O ano de 2014 apresentou uma melhora em relação aos anos anteriores, uma vez que o indicador melhorou 2%. E, no seguimento, os anos de 2015 e 2016 também apresentam crescimento para este índice, sendo que os maiores valores encontrados foram em 2007 e 2016.

Evidencia-se que os dados do indicador que mede a cooperação entre empregado e empregador foram superiores, em todos os anos, para o Reino Unido do que para o Brasil. Dessa forma, a média e os valores de máximo e de mínimo foram maiores para o ambiente trabalhista britânico. No entanto, é constatado que o Brasil apresentou maior desvio padrão,

haja vista que existiu uma maior volatilidade para os dados brasileiros que para os dados britânicos. A Tabela 2 expressa as estatísticas para o indicador de trabalho.

Tabela 2 – Estatística para o indicador trabalhista

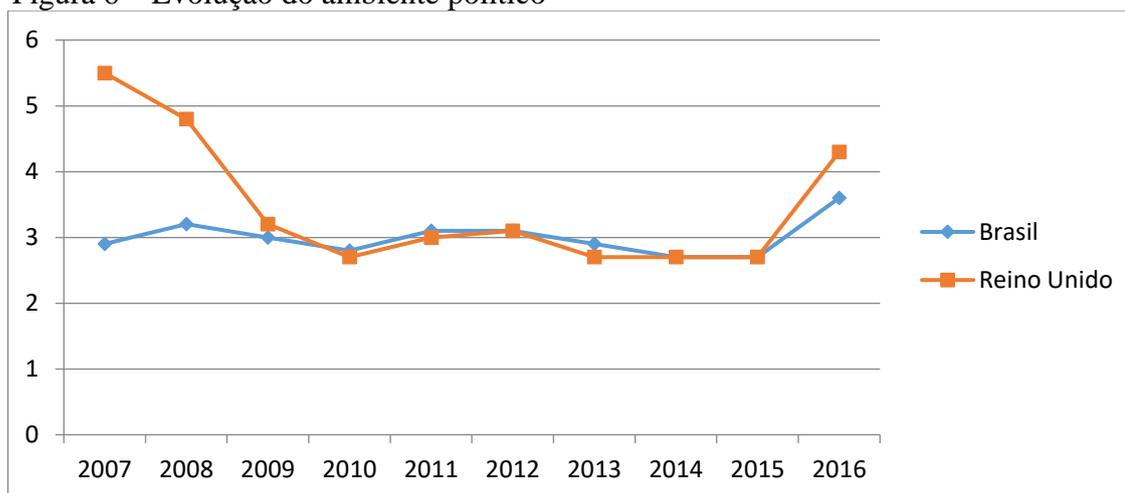
País	Média	Desvio	Mínimo	1° Quartil	Mediana	3° Quartil	Máximo
<b>Brasil</b>	4,05	0,254951	3,6	3,875	4,15	4,2	4,3
<b>Reino Unido</b>	5,1	0,176383	4,9	5	5	5,175	5,4

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

#### 4.1.3 Ambiente Político

Para a análise do ambiente político dos países foi considerada a variável de Transparência da Corrupção, este índice mede o grau com que as ações de corrupção são controladas e trazidas a público e punidas. Os dados apontam que no ano de 2007, o Brasil apresentava o valor de 3,5 para o indicador. E este valor se manteve no ano seguinte: 2008. Já no ano de 2009, o valor aumenta em 5,71% seu valor, o que é bom, pois indica que o país estava mais preocupado com a transparência das ações de seus políticos. O índice se manteve em 2010 e aumentou em 2011, cerca de 2,7%. Um aumento significativo ocorreu de 2011 a 2012, cerca de 19,44%. No entanto, o índice apresenta uma leve caída no ano de 2013 e a recuperação em 2014. Para o ano de 2015, o índice diminui em 11,62% em relação a 2014. E uma pontuação de 4 no ano de 2016. Em geral, o Brasil avançou neste indicador, pois em 2007 ele pontuou 3,5 e em 2016 ele fez 4 pontos: um aumento de 14,28% em uma década. A Figura 6 demonstra os dados.

Figura 6 – Evolução do ambiente político



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A transparência em corrupção para o Reino Unido apresentou o valor de 8,4 para o ano de 2007. No ano de 2008, o valor cai para 7,7, ou seja, cerca de 8,3% menor que em 2007. No ano de 2009, o indicador se manteve constante, isto é, igual ao valor de 2008. Em 2010, a transparência da corrupção piora e apresenta uma queda de 1,2%. Em 2011, o

indicador se recupera e passa ao valor de 7,8, sendo 1,2% maior que o valor em 2010. Porém, em 2012, o indicador piora sua configuração, com uma queda de 5,12%. No entanto, existe um crescimento de 2013 a 2016. Em 2014, o Reino Unido pontuou 7,8, subindo para 8,1 em 2015 e permanecendo com o mesmo valor em 2016. Em geral, o indicador apresentou resultados insatisfatórios durante os anos analisados, já que em 2007, o país apresentou uma transparência da corrupção em 8,4 e em 2016 8,1.

Foi constatado que o indicador de transparência em corrupção foi instável em ambos os países analisados. E que o Brasil apresentou um saldo positivo de crescimento se comparado 2007 com 2016, início e fim de análise. Já o Reino Unido apresentou um saldo negativo, uma vez que em 2007 pontuou 8,4 e no final da análise, 2016, fez 8,1 pontos. No entanto, os dados para o Reino Unido foram superiores que os do Brasil em todos os anos de análise. Isso acarretou em uma média, máximo e mínimo maiores para o Reino Unido. E o país Brasil apresentou um maior desvio nos valores encontrados. Os dados são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Estatística para o indicador político

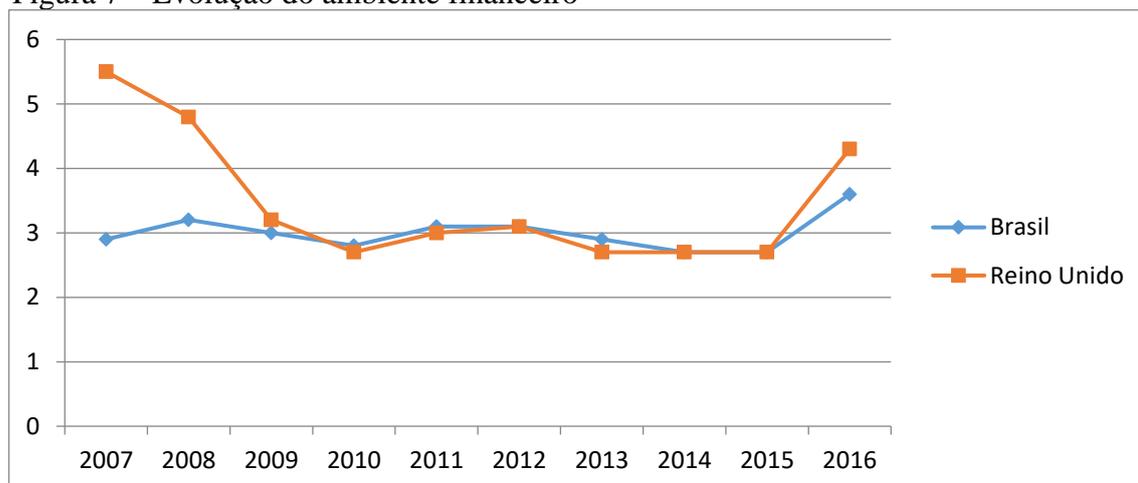
País	Média	Desvio	Mínimo	1° Quartil	Mediana	3° Quartil	Máximo
<b>Brasil</b>	3,88	0,304777	3,5	3,7	3,8	4,15	4,3
<b>Reino Unido</b>	7,82	0,297396	7,4	7,625	7,75	8,025	8,4

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

#### 4.1.4 Ambiente Financeiro

O ambiente financeiro foi estudado tomando como base a variável independente que mede a facilidade de acesso ao crédito das organizações do país. Em outras palavras, este indicador mede a extensão com que as firmas podem captar dinheiro através da emissão de ações e/ou títulos no mercado de capitais. O Brasil, em 2007, apresentou 2,9 como valor para esse indicador e um aumento de 10,34% em 2008. Já para o ano de 2009, o país apresentou uma queda de 6,25% nesse indicador em relação a 2008. E houve também uma queda no ano de 2010. Contudo, no ano de 2011 houve um aumento de 10,71%. O valor apresentado em 2011 de 3,1 foi igual ao de 2012, se manteve constante. No ano de 2013, houve uma queda para 2,9 pontos. A queda continuou a ocorrer no ano seguinte, 2014. A facilidade de acesso ao crédito das empresas brasileiras foi menor cerca de 6,9% de 2013 a 2014. Em 2015, não houve variação no indicador e em 2016 um aumento expressivo de 33,33%, como expresso na Figura 7.

Figura 7 – Evolução do ambiente financeiro



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Os dados revelam que em 2007, o Reino Unido apresentou 5,5 pontos para o indicador de facilidade de acesso ao crédito. Já em 2008, o valor foi decrescente em 12,72%, tendo sucessivas quedas nos anos seguintes. Por exemplo, em 2009, a facilidade de captar dinheiro foi 33,33% menor que em 2008. E em 2010 esta capacidade de acesso ao crédito foi 15,63% menor que 2009. Para o ano de 2011, houve uma recuperação de cerca de 11% em relação ao ano anterior. O panorama crescente também continuou em 2012. Mas, em 2013 houve uma redução da facilidade de acesso ao crédito de 12,9%. Os anos seguintes, como 2014 e 2015, se mantiveram estáveis, ou seja, sem alteração nos valores do indicador. Para o ano de 2016, os dados mostram um salto positivo de 59% em relação a 2015. Vale ressaltar que em 2016, foi o ano marcado pela saída do Reino Unido da União Europeia (UE), o chamado *Brexit*.

Em geral, o indicador financeiro é o que mais aproxima Brasil e Reino Unido em relação aos outros indicadores analisados. Os dados revelam que o Brasil apresentou um saldo positivo para a facilidade de acesso ao crédito, uma vez que em 2007, o país apresentou 2,9 pontos e em 2016 3,6, ou seja, um crescimento de 24,13%. Em contrapartida, a mesma coisa não é evidenciada para o Reino Unido, uma vez que as empresas britânicas tinham uma facilidade de captar dinheiro maior em 2007 do que em 2016. Os resultados mostram que em 2007, o indicador era de 5,5 e passou para 4,3 em 2016. Os dados apontam para uma média e máximo maiores para o Reino Unido. Um mínimo de 2,7 tanto para Brasil, quanto para Reino Unido. E um desvio padrão maior para o Reino Unido, como mostra a Tabela 4.

Tabela 4 – Estatística para o indicador financeiro

País	Média	Desvio	Mínimo	1° Quartil	Mediana	3° Quartil	Máximo
<b>Brasil</b>	3	0,270801	2,7	2,825	2,95	3,1	3,6
<b>Reino Unido</b>	3,47	1,020947	2,7	2,7	3,05	4,025	5,5

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Com base na evolução dos indicadores do Sistema Nacional de Negócios foi possível montar esse quadro comparativo entre as estruturas de ambos os países. O Quadro 7 mostra que o ambiente institucional britânico é melhor que o ambiente institucional brasileiro.

Quadro 7 – Comparação entre os ambientes institucionais

Ambiente				
País	Educacional	Trabalhista	Político	Financeiro
<b>Brasil</b>	Menor qualidade do sistema educacional	Menor relacionamento entre empregado e empregador	Menor controle da corrupção	Menor facilidade de acesso ao crédito
<b>Reino Unido</b>	Maior qualidade do sistema educacional	Maior relacionamento entre empregado e empregador	Maior controle da corrupção	Maior facilidade de acesso ao crédito

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

## 4.2 Análise descritiva das variáveis dependentes do estudo

Nessa seção é feita a estatística descritiva das informações em responsabilidade social corporativa para a dimensão social corporativa (DSC), dimensão ambiental (DA) e dimensão social (DS). Desse modo, foram separadas as estatísticas para cada país, de modo a poder comparar os resultados de ambos e entender se um país evidencia mais informações na dimensão social ou na dimensão ambiental.

### 4.2.1 Dimensão social corporativa no Brasil

Com base nos dados da pesquisa, o maior ano de divulgação para as empresas brasileiras estudadas foi 2014. Neste ano, as empresas tiveram uma média de 0,159. Os outros anos de maior desempenho social corporativo foram 2011 e 2013. Esses anos tiveram a mesma pontuação: 0,153. Os anos de maior desvio padrão foram 2008, 2009 e 2014. Um desvio padrão elevado significa que os pontos dos dados estão espalhados por uma variedade de valores, não necessariamente estão concentrados próximos da média.

Os dados mostram que os anos de 2007, 2008 e 2009, existiram empresas brasileiras que não pontuaram, isto é, empresas que não divulgaram nada para os indicadores da GRI

analisados. O valor mais frequente para a divulgação mínima foi 0,037, pois esteve presente em quatro anos do estudo: 2010, 2012, 2013 e 2014. Já para o valor do máximo, as maiores divulgações, por parte de alguma firma, são constatadas nos anos de 2009 e 2010, com o valor de 0,198 e 2014, com o valor de 0,263. A Tabela 5 apresenta os dados descritos.

Tabela 5 – Estatística descritiva para a DSC no Brasil

Ano	Média	Desvio	Mínimo	1° Quartil	Mediana	3° Quartil	Máximo
2007	0,08871	0,06494	0	0,052419355	0,096774	0,108870968	0,188172
2008	0,108423	0,072961	0	0,059139785	0,129032	0,166666667	0,177419
2009	0,092294	0,076444	0	0,041666667	0,077957	0,146505376	0,198925
2010	0,147849	0,056974	0,037634	0,15188172	0,158602	0,177419355	0,198925
2011	0,150538	0,055353	0,043011	0,147849462	0,174731	0,181451613	0,188172
2012	0,140681	0,053051	0,037634	0,13844086	0,166667	0,170698925	0,172043
2013	0,150538	0,057905	0,037634	0,149193548	0,177419	0,181451613	0,188172
2014	0,159498	0,073534	0,037634	0,147849462	0,158602	0,185483871	0,263441
2015	0,121864	0,051866	0,032258	0,103494624	0,134409	0,153225806	0,177419
2016	0,128136	0,046426	0,043011	0,129032258	0,13172	0,146505376	0,182796

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Os dados apresentam um crescimento na divulgação em responsabilidade social corporativa pelas empresas brasileiras: um aumento de 45,4%, pois em 2007 as empresas tiveram uma média de 0,088 e em 2016, a média já era de 0,128. No entanto, cabe destacar a oscilação de divulgação no período de estudo. No ano de 2009, houve um aumento de 59,7% em relação ao ano seguinte. É visto que em 2015, as empresas divulgaram 23,8% menos informações em RSC do que em 2014.

Se comparar 2007, o início da análise, com 2016, o fim da análise, os dados relevam um redução de 28,5% em relação ao desvio. Isto quer dizer que os dados estão mais centrados em torno da média em 2016 do que em 2007. Com o mínimo tem aumentado durante os dados, pode-se afirmar que as empresas brasileiras estão se esforçando mais para divulgar suas informações de sustentabilidade. Porém, o valor máximo da *disclosure* foi 32,6% menor em 2015 em relação a 2014. Não obstante, no ano de 2016, este valor tem aumentado em 2,9%.

#### 4.2.2 Dimensão social corporativa no Reino Unido

A pesquisa mostra que o maior ano de divulgação da responsabilidade social corporativa no Reino Unido foi o de 2010, uma vez que este ano apresentou a pontuação de 0,210. No entanto, outros anos apresentaram uma pontuação elevada, como 2008 e 2009. Já para o desvio padrão, o maior desvio foi verificado no ano de 2012. O valor do desvio do ano

de 2012 foi 19,3% maior que o segundo maior desvio do período analisado. E, contrapartida, o menor distanciamento dos valores em torno da média foi constatado em 2015.

Para os valores do mínimo, os dados evidenciam que nenhuma empresa deixou de pontuar durante o espaço temporal analisado. Dessa maneira, o menor mínimo encontrado foi no ano de 2012, com 0,134. Já o ano com o maior mínimo foi o de 2010. Isso significa afirmar que o ano de 2010 por possuir as melhores pontuações para as empresas britânicas, ele apresentou uma média maior. O ponto médio, ou mediana, do ano de 2010 foi 0,212, a maior mediana do período analisado. Quando se analisa os dados apresentados para o máximo, é possível inferir que a empresa que mais divulgou em RSC estava presente no ano de 2009, uma vez que nesse ano a pontuação foi de 0,236, como evidencia a Tabela 6.

Tabela 6 – Estatística descritiva para a DSC no Reino Unido

Ano	Média	Desvio	Mínimo	1ºQuartil	Mediana	3ºQuartil	Máximo
2007	0,180108	0,021971	0,155914	0,163978495	0,177419	0,190860215	0,215054
2008	0,206093	0,013022	0,188172	0,200268817	0,204301	0,212365591	0,225806
2009	0,200717	0,02537	0,172043	0,182795699	0,196237	0,217741935	0,236559
2010	0,210573	0,015736	0,193548	0,196236559	0,212366	0,220430108	0,231183
2011	0,197133	0,025597	0,155914	0,186827957	0,201613	0,208333333	0,231183
2012	0,183692	0,031426	0,134409	0,165322581	0,196237	0,202956989	0,215054
2013	0,179211	0,022211	0,150538	0,172043011	0,172043	0,188172043	0,215054
2014	0,182796	0,010753	0,166667	0,178763441	0,182796	0,186827957	0,198925
2015	0,173835	0,01001	0,16129	0,168010753	0,172043	0,180107527	0,188172
2016	0,177419	0,017338	0,150538	0,173387097	0,177419	0,181451613	0,204301

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Os dados apresentam uma variação negativa se compararmos os anos de 2007 e 2016, isto é, houve uma redução de 1,5% na *disclosure* em RSC por parte das empresas britânicas. Os dados da média em 2007 são menores que os dados da média em 2016. Os dados ainda revelam que houve uma queda de 6,3% de 2010, o melhor ano da divulgação no Reino Unido, para 2011. É visto que, embora os anos de 2014 e 2015 tenham os menores desvios padrões, em 2016 essa estatística descritiva aumenta em 72,8% em relação ao ano anterior.

Ao analisar o desvio padrão, é diagnosticado que ele apresentou uma redução de 21% de 2007 a 2016, uma vez que em 2007 o valor era 0,021, já em 2016, o valor foi de 0,017. O mesmo tipo de análise sendo feita para o mínimo, é visto uma leve redução do valor, cerca de 3,4%. Isto significa que as empresas britânicas mantêm um padrão constante de mínimo de

*disclosure*. Curiosamente, a mediana de 2007 e 2016 foi a mesma. Não obstante, o valor de máximo teve uma redução de 4,9% de 2007 a 2016. Desse modo, a firma que mais divulgou informações de seu desempenho ambiental e social divulgou menos em 2016 do que em 2007, como apontam os dados.

### 4.2.3 Dimensão ambiental no Brasil

Os dados revelam que para a dimensão ambiental (DA), o ano de menor divulgação foi o de 2007. No entanto, ao analisar a comparação entre os anos de 2007 e 2016, as empresas brasileiras tiveram uma evolução de 62%. Todavia, o ano de 2016 não foi o melhor para a divulgação em RSC. Os melhores anos para a *disclosure* ambiental foram 2013 e 2014, sendo o ano de 2013, aquele com maior mediana. Para o desvio padrão, foi constatado que o maior valor foi o de 2008 com 0,09. Os valores do desvio não variam muito durante o espaço temporal analisado. O valor do menor desvio encontrado foi no ano de 2016.

Os valores achados para o mínimo mostram que durante os três primeiros anos de análise, tiveram empresas brasileiras que não pontuaram na divulgação brasileira. Isso fica constatado com os resultados nulos nos anos de 2007, 2008 e 2009. Foi diagnosticado também que nos anos de 2010 a 2015, as empresas divulgaram um mesmo mínimo de 0,022. Porém, no ano de 2016, o valor mínimo de *disclosure* aumenta. Para os valores de máximo, pode-se afirmar que os anos de 2008 e 2014 foram os que as empresas conquistaram o ponto máximo de evidenciação ambiental. A Tabela 7 apresenta os dados.

Tabela 7 – Estatística descritiva para a DA no Brasil

Ano	Média	Desvio	Mínimo	1º Quartil	Mediana	3º Quartil	Máximo
2007	0,077778	0,075031	0	0,030555556	0,055556	0,113888889	0,2
2008	0,109259	0,092006	0	0,044444444	0,094444	0,177777778	0,233333
2009	0,085185	0,088518	0	0,013888889	0,066667	0,136111111	0,222222
2010	0,140741	0,061931	0,022222	0,136111111	0,161111	0,177777778	0,188889
2011	0,131481	0,056401	0,022222	0,133333333	0,144444	0,163888889	0,177778
2012	0,12963	0,059904	0,022222	0,113888889	0,144444	0,175	0,177778
2013	0,162963	0,069803	0,022222	0,180555556	0,188889	0,188888889	0,211111
2014	0,161111	0,177778	0,022222	0,144444444	0,177778	0,211111111	0,233333
2015	0,138889	0,06431	0,022222	0,125	0,155556	0,177777778	0,2
2016	0,125926	0,052899	0,033333	0,122222222	0,122222	0,163888889	0,177778

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

É percebido que os dados apontam um crescimento de 62% de 2007 a 2016 para as firmas brasileiras. No entanto, houve uma oscilação de *disclosure* nos anos estudados. Por exemplo, de 2009 a 2010 existiu um redução de 39,5%, já de 2014 a 2015 a redução foi de

14,3%. É possível afirmar que o desvio padrão foi menor em 2016 do que em 2007, o que é bom, uma vez que indica uma maior concentração dos dados em torno da média. Além disso, pode-se inferir que a maior variação de desvio se deu entre os anos de 2013 e 2014.

Consoante os valores encontrados, o mínimo apresentou um aumento de 2009 para 2010. O mesmo valor de mínimo foi constante para os seis anos seguintes e aumenta cerca de 50% de 2015 a 2016. O termo médio foi maior 121% de 2007 a 2016. Isso expressa o porquê da média ser maior também durante este período de tempo. Já para o máximo, é visto que houve uma queda de divulgação, pois ao observar o ano de 2007, a empresa que fez a divulgação máxima apresentava 0,20, já em 2016, a empresa apresentou 0,17 para o máximo.

#### 4.2.4 Dimensão ambiental no Reino Unido

Os dados obtidos expõem que a maior média para as empresas britânicas foi em 2010. Isso quer dizer que a maior divulgação ambiental foi realizada no ano de 2010, tendo este ano também a maior mediana. Em contrapartida, os dados revelam que o menor ano para a dimensão ambiental foi o de 2016, com 0,205. O maior desvio padrão foi encontrado no ano de 2014. Dessa maneira, no ano de 2016, além das empresas britânicas terem divulgado menos informações ambientais, essas informações ainda não foram tão próximas ao valor da média. O menor desvio foi constatado no ano de 2010, o ano de maior *disclosure*.

Os valores obtidos mostram que o mínimo em divulgação da dimensão ambiental foi no ano de 2016, com um valor de 0,133. Como 2010 apresentou uma maior média, conseqüentemente este ano foi o de maior mínimo, mediana e máximo. Os dados apontam que o termo médio foi o mesmo para os anos de 2015 e 2016. No entanto, os valores de mínimo encontrados em 2015 são maiores do que os valores de 2016. Desse modo, pode-se inferir que a empresa que menos divulgou em 2015 divulgou mais informações ambientais do que aquela que menos divulgou em 2016. O valor do máximo foi maior em 2011 com 0,3, conforme a Tabela 8.

Tabela 8 – Estatística descritiva para a DA no Reino Unido

Ano	Média	Desvio	Mínimo	1°Quartil	Mediana	3°Quartil	Máximo
2007	0,22963	0,034187	0,2	0,202777778	0,216667	0,255555556	0,277778
2008	0,253704	0,036796	0,188889	0,247222222	0,255556	0,280555556	0,288889
2009	0,25	0,034247	0,2	0,227777778	0,255556	0,275	0,288889
2010	0,255556	0,028109	0,222222	0,230555556	0,261111	0,275	0,288889
2011	0,237037	0,053364	0,155556	0,213888889	0,233333	0,277777778	0,3
2012	0,22963	0,051958	0,166667	0,183333333	0,244444	0,263888889	0,288889
2013	0,22037	0,039388	0,177778	0,188888889	0,216667	0,252777778	0,266667

2014	0,212963	0,039388	0,177778	0,180555556	0,2	0,244444444	0,266667
2015	0,212963	0,030965	0,166667	0,194444444	0,216667	0,238888889	0,244444
2016	0,205556	0,041425	0,133333	0,191666667	0,216667	0,233333333	0,244444

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Conforme a tabela acima, a maior variação da média ocorreu entre os anos de 2010 e 2011. É possível afirmar que desde 2010, a divulgação ambiental das empresas britânicas vem diminuindo. Os únicos anos constantes de 2010 a 2016 foram 2014 e 2015. Se compararmos o ano de 2007 e 2016, houve uma queda de 10,4%, uma vez que em 2007 as empresas tiveram 0,229 e em 2016 elas tiveram 0,205. Outro ponto de análise é a variação do desvio durante o tempo analisado. Por exemplo, houve uma variação negativa de 89% de 2010 a 2011, o que mostra que em 2011, os valores encontrados para as empresas foram mais descentralizados, isto é, mais longes do valor da média.

Os dados do mínimo demonstram que o mínimo de divulgação de 2007 é superior ao mínimo de divulgação de 2016, aproximadamente 35%. Para a mediana, houve uma variação negativa de 17% de 2010 e 2016. Porém, ao comparar o ano inicial e final de análise os dados são constantes. Os resultados para o máximo foram 3,97% menor em 2007 do que em 2008. Além disso, é visto que a firma que divulgou mais informações (máximo) no ano de 2008, divulgou 15,2% mais do que a empresa que divulgou o máximo de informações em 2016. Consoante os dados da pesquisa, o valor de máximo de *disclosure* por uma firma foi constante em quatro anos: 2008, 2009, 2010 e 2012.

#### 4.2.5 Dimensão social no Brasil

A pesquisa apresenta que o melhor ano de divulgação social por parte das empresas brasileiras foi o ano de 2011. Em um contexto geral, a divulgação ambiental tem aumentado, uma vez que o valor do ano de 2007 é superior ao do ano de 2016. A menor divulgação ocorreu em 2007 e 2009. É verificado que a média da *disclosure* é instável, existe uma variação grande todos os anos. Para o desvio padrão, os dados apresentam que o menor desvio foi constatado em 2015, já o maior foi verificado em 2014.

O mínimo apresenta um valor nulo para os três primeiros anos da análise. Isso demonstra que algumas das empresas brasileiras da amostra não divulgaram nenhum dos indicadores sociais estudados. O maior mínimo foi evidenciado no ano de 2011. Já para a mediana, foi encontrado que seu maior valor foi em 2011 e o menor em 2009. A divulgação ambiental máxima foi reportada por uma empresa no ano de 2014, com 0,291. Por outro lado,

o menor valor da divulgação máxima ocorreu em 2007, 2009 e 2015. A Tabela 9 expressa os dados encontrados.

Tabela 9 – Estatística descritiva para a DS no Brasil

Ano	Média	Desvio	Mínimo	1° Quartil	Mediana	3° Quartil	Máximo
2007	0,098958	0,064466	0	0,0625	0,114583	0,135416667	0,177083
2008	0,107639	0,068676	0	0,0703125	0,130208	0,143229167	0,1875
2009	0,098958	0,069332	0	0,057291667	0,098958	0,15625	0,177083
2010	0,154514	0,056449	0,052083	0,140625	0,171875	0,1875	0,208333
2011	0,168403	0,057591	0,0625	0,15625	0,1875	0,203125	0,21875
2012	0,151042	0,054625	0,052083	0,1484375	0,161458	0,166666667	0,21875
2013	0,138889	0,053386	0,052083	0,111979167	0,166667	0,166666667	0,1875
2014	0,157986	0,079445	0,052083	0,122395833	0,15625	0,174479167	0,291667
2015	0,105903	0,04815	0,041667	0,075520833	0,114583	0,122395833	0,177083
2016	0,130208	0,044071	0,052083	0,127604167	0,135417	0,143229167	0,1875

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Os dados apontam para uma variação positiva de 32,85% para a divulgação ambiental entre 2007 e 2016. Houve uma variação de 32,9% de 2014 a 2015 para a média. A partir dos dados pode-se afirmar que o valor do desvio padrão foi reduzido em 31,2% desde o primeiro ano da análise até o ano final. Desse modo, os valores estão menos desviados da média em 2016 que em 2007. O valor máximo foi aumentado em 5,6%.

#### 4.2.6 Dimensão social no Reino Unido

Os dados da pesquisa apontam que a divulgação da dimensão social por parte das empresas britânicas cresceu durante o período analisado, uma vez que para o ano de 2007 o valor apresentado foi 0,133 e para o ano de 2016 foi de 0,151. No entanto, é visto que a maior *disclosure* não ocorre em 2016, mas sim em 2010. Já para o desvio padrão, entende-se que houve um aumento do desvio. Todavia, o maior desvio encontrado foi no ano de 2009, enquanto que o menor foi encontrado no ano de 2011.

O mínimo de divulgação foi o mesmo em 2007 e 2016, mostrando que a empresa que divulgou menos informações sociais nos anos de 2007 e 2016 apresentou o mesmo valor. O menor valor para o mínimo foi encontrado no ano de 2009 e o maior valor para o mínimo foi em 2008, 2010 e 2011. Os dados apontam que o ano de 2010 foi aquele que uma empresa britânica divulgou a maior quantidade de informações na dimensão social. O contrário foi evidenciado nos anos do valor de 0,166, inclusive os anos inicial e final da análise apresentaram a menor divulgação máxima.

Tabela 10 – Estatística descritiva para a DS no Reino Unido

Ano	Média	Desvio	Mínimo	1° Quartil	Mediana	3° Quartil	Máximo
2007	0,133681	0,02226	0,114583	0,1171875	0,125	0,1484375	0,166667
2008	0,161458	0,022583	0,125	0,151041667	0,166667	0,174479167	0,1875
2009	0,154514	0,044398	0,083333	0,1328125	0,161458	0,190104167	0,197917
2010	0,168403	0,026693	0,125	0,166666667	0,166667	0,174479167	0,208333
2011	0,159722	0,019395	0,125	0,15625	0,161458	0,174479167	0,177083
2012	0,140625	0,026963	0,104167	0,122395833	0,145833	0,153645833	0,177083
2013	0,140625	0,03001	0,09375	0,122395833	0,151042	0,1640625	0,166667
2014	0,154514	0,02903	0,104167	0,1484375	0,15625	0,171875	0,1875
2015	0,137153	0,025867	0,104167	0,1171875	0,140625	0,15625	0,166667
2016	0,151042	0,024429	0,114583	0,135416667	0,166667	0,166666667	0,166667

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Conforme a tabela acima, a média teve uma variação positiva de 20,8% de 2007 a 2008. No entanto, a divulgação caiu cerca de 4,27% no ano de 2009. Ao comparar 2007 e 2016, observa-se que houve um resultado positivo na divulgação social, cerca de 13,5% esse aumento. Outro ponto de análise é que os anos de 2012 e 2013 foram iguais, ou seja, a média da divulgação social foi igual nos dois anos. Os resultados achados para o desvio padrão mostram que o desvio aumentou 9% de 2007 a 2016. É diagnosticada uma tendência de redução do desvio padrão de 2013 a 2016, onde a variação de 13,7% ocorreu de 2014 a 2015.

Com base nos dados da pesquisa, o mínimo variou negativamente em 9,64% de 2007 a 2008. Ocorreu uma queda de 33,6% no valor mínimo divulgado entre 2008 e 2009. Os anos de 2012, 2014 e 2015 apresentaram o mesmo valor para o mínimo. A amplitude entre o maior mínimo e o menor mínimo foi de 0,042. A mediana variou positivamente em 32,8% entre 2007 e 2016. Para o máximo foi encontrado que houve um ponto máximo de divulgação crescente entre 2007 e 2010. Contudo, existe uma variação negativa de 14,9% entre 2010 e 2011.

### 4.3 Ranking de divulgação por dimensão

Através da avaliação dos 31 indicadores da GRI, foi possível fazer um *ranking* da amostra em estudo. Foram realizados três *rankings*, um para a dimensão social corporativa (DSC), um para a dimensão ambiental (DA) e um para a dimensão social (DS).

É possível diagnosticar que as empresas britânicas apresentaram uma maior *corporate social performance* do que as empresas do Brasil. Para a DSC, as empresas mais transparentes foram *Drax Group* e *Scottish & Southern*. Elas apresentaram uma pontuação de 0,195. Em

seguida, aparecem as empresas *National Grid* e *United Utilities* com 0,188 pontos. Verifica-se que a mesma empresa que mais divulgou em RSC no Brasil, fez menos pontos do que a que menos divulgou no Reino Unido. A empresa que menos divulgou as informações em RSC foi a brasileira Sabesp, consoante a Tabela 11.

Tabela 11 – *Ranking* DSC

<b>Colocação</b>	<b>Empresas</b>	<b>País</b>	<b>Pontuação DSC</b>
1°	Drax Group	Reino Unido	0,195698925
2°	Scottish & Southern	Reino Unido	0,195698925
3°	National Grid	Reino Unido	0,188172043
4°	United Utilities	Reino Unido	0,188172043
5°	Centrica	Reino Unido	0,187096774
6°	Severn Trent	Reino Unido	0,180107527
7°	Copel	Brasil	0,174731183
8°	Eletrobrás	Brasil	0,162365591
9°	CESP	Brasil	0,151075269
10°	Cemig	Brasil	0,141397849
11°	CPFL Energia	Brasil	0,103225806
12°	Sabesp	Brasil	0,040322581

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Para a dimensão ambiental (DA), a empresa que mais foi transparente nos aspectos ambientais, como materiais utilizados provenientes de reciclagem, descarte e uso de água, consumo de energia, resíduos gerados, transparência dos gases do efeito estufa, foi a empresa britânica *National Grid*. Ainda para esta dimensão, as empresas brasileiras obtiveram uma menor pontuação. Por exemplo, a melhor colocação do Brasil foi em 7° lugar com a empresa Copel. Pode-se afirmar que a Copel divulga 14,28% menos informações ambientais que a empresa Centrica, a pior colocada empresa britânica. A Tabela 12 mostra o *ranking* para a dimensão ambiental.

Tabela 12 – *Ranking* DA

<b>Colocação</b>	<b>Empresas</b>	<b>País</b>	<b>Pontuação DA</b>
1°	National Grid	Reino Unido	0,265555556
2°	Drax Group	Reino Unido	0,231111111
3°	Scottish & Southern	Reino Unido	0,227777778
4°	United Utilities	Reino Unido	0,227777778
5°	Severn Trent	Reino Unido	0,22
6°	Centrica	Reino Unido	0,212222222
7°	Copel	Brasil	0,184444444
8°	Cemig	Brasil	0,153333333
9°	Eletrobrás	Brasil	0,145555556
10°	CESP	Brasil	0,135555556

11°	CPFL Energia	Brasil	0,111111111
12°	Sabesp	Brasil	0,027777778

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Para a dimensão social (DS), houve uma mudança no ranking. Os dados apontam que no que tange a divulgação sobre casos de corrupção, número de colaboradores, por sexo, treinamento dos funcionários, salários de homens e mulheres, as empresas brasileiras se comportam melhor que as britânicas. Dessa forma, o ranking colocou em 1° e 2° lugar, respectivamente, as empresas Eletrobrás e Copel. A melhor empresa britânica foi a *Scottish & Southern* com 0,165. Essa mesma pontuação possui CESP, uma empresa do Brasil. A Tabela 13 apresenta o ranking para a DS.

Tabela 13 – *Ranking DS*

Colocação	Empresas	País	Pontuação DS
1°	Eletrobrás	Brasil	0,178125
2°	Copel	Brasil	0,165625
3°	Scottish & Southern	Reino Unido	0,165625
4°	CESP	Brasil	0,165625
5°	Centrica	Reino Unido	0,163541667
6°	Drax Group	Reino Unido	0,1625
7°	United Utilities	Reino Unido	0,151041667
8°	Severn Trent	Reino Unido	0,142708333
9°	Cemig	Brasil	0,130208333
10°	National Grid	Reino Unido	0,115625
11°	CPFL Energia	Brasil	0,095833333
12°	Sabesp	Brasil	0,052083333

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

#### 4.4 Testes de normalidade e Test-t de Studart

Os resultados do teste de normalidade mostram que os dados para a dimensão social corporativa (DSC) seguem uma distribuição normal, uma vez que os valores de p-valor são maiores que 0,05, tanto para o teste de Kolmogorov-Smirnov, quanto para o teste de Shapiro-Wilk. No entanto, para as amostras da dimensão ambiental (DA) e da dimensão social (DS), os dados apontam que a distribuição não é normal, isto é, a hipótese nula é diferente da hipótese alternativa. A Tabela 14 apresenta os dados.

Tabela 14 – Teste de normalidade para dimensões

Dimensão	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
DSC	0,189	120	0,051	0,857	120	0,059
DA	0,155	120	0,038	0,925	120	0,022
DS	0,134	120	0,001	0,931	120	0

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Após a realização do teste de normalidade, foi realizado o test-t de Studart com 95% de intervalo de confiança. Os resultados mostram que o resultado do teste para a DSC foi 31,45, para a DA foi 25,15 e para a DS foi de 31,87. Para o test-t, a hipótese nula indica que a diferença na classificação média entre duas amostra é zero. Sendo assim, como o p-valor (ou sig.) é menor que o nível de significância de 0,05, a decisão é pela rejeição da hipótese nula. Portanto, pode-se inferir que existem diferenças entre as médias dos dados.

Diante desse contexto, observa-se que o p-valor, representado por sig., apresenta o valor zero para as três dimensões. Em outras palavras, as diferenças de médias apresentadas pelo Brasil e pelo Reino Unido são estatisticamente significantes e diferentes. Em contrapartida, caso o resultado de p-valor fosse maior que 0,05, é possível concluir que as diferenças das médias não eram significantes. E, dessa maneira, as médias seriam iguais para ambos os países. A Tabela 15 mostra o test-t para as dimensões.

Teste 15 – Teste-t para as dimensões

Dimensão	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	95% Intervalo de Confiança	
					Inferior	Superior
DSC	31,458	119	0	0,159005	0,148997	0,169014
DA	25,159	119	0	0,178519	0,164469	0,192568
DS	31,879	119	0	0,140712	0,131972	0,149452

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

O quadro abaixo possibilita compreender o teste de normalidade realizado para as variáveis independentes. Esse tipo de teste é realizado como pressuposto básico para se realizar o teste-t. O pesquisador deve considerar que uma amostra segue uma distribuição normal, para realizar o test-t. Caso não venha a se confirmar isso, devem-se utilizar testes não-paramétricos. A Tabela 16 apresenta os testes de normalidade realizados para o ambiente institucional.

Tabela 16 – Teste de normalidade para o ambiente institucional

Ambientes	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Educacional	0,291	120	0	0,774	120	0
Trabalhista	0,223	120	0	0,893	120	0
Político	0,281	120	0	0,756	120	0
Financeiro	0,319	120	0	0,692	120	0

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Ao realizar os testes de Kolmogorov-Smirnov e de Shapiro-Wilk foi constatado que nenhum dos ambientes institucionais segue uma distribuição normal. Isto é, os dados não formam um histograma na forma de um “sino”. Contudo, ao realizar o teste-t foi constatado um mesmo contexto que as variáveis dependentes. Ou seja, para um intervalo de 95% de confiança, as médias dos países foram significantes e diferentes.

Tabela 17 – Teste-t para o ambiente institucional

Ambientes	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	95% Intervalo de Confiança	
					Inferior	Superior
Educacional	42,96	119	0	3,73	3,558	3,902
Trabalhista	88,38	119	0	4,575	4,473	4,677
Político	32,059	119	0	5,85	5,489	6,211
Financeiro	47,273	119	0	3,235	3,099	3,371

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Os dados ainda revelam que o ambiente educacional possui um t de 42,96, o ambiente trabalhista um t de 88,38, o ambiente político um t de 32,05 e o ambiente financeiro um t de 47,27. Isso quer dizer que, as médias para os países são mais desiguais no ambiente trabalhista e financeiro do que no ambiente educacional e político.

#### 4.5 Análise de variância

O teste t-Student é adequado para comparar diferenças de médias para duas populações. No entanto, como se queria calcular essa diferença individualmente para cada país, fez-se necessário a aplicação da ANOVA, que tem a mesma função do teste t, porém para três ou mais populações independentes. Já o teste de homogeneidade de variâncias (teste de Levene) foi operacionalizado para obter a igualdade de variância entre os países.

Os dados apontam que para o ambiente educacional, na DSC, DA o p-valor foi bem próximo de zero, indicando que as diferenças médias apresentadas pelo Brasil e pelo Reino

Unido são estatisticamente significantes. Assim, as médias são diferentes. No entanto, esse achado não é concretizado na DS, pois o valor está acima que 0,05. Para o teste de Levene, os dados se mostraram que suas médias são significantes e diferentes.

A soma dos quadrados mede a variação dos dados. O quadrado médio é a razão entre a soma dos quadrados e o grau de liberdade. O valor de Z representa o quanto a medida se afasta da média em termos de desvio padrão. Dessa maneira, como o escore Z é positivo, isto indica que o dado está acima da média. Infere-se que as diferenças maiores são encontradas na DSC e na DA, pois os valores de Z estão distantes de  $-3 < Z < +3$ . A Tabela 18 mostra a análise de variância do sistema de educação.

Tabela 18 – Análise de variância do ambiente educacional

Ambiente	Dimensão	ANOVA					Teste de Homogeneidade de variâncias			
		Soma dos Quadrados	df	Quadrado médio	Z	Sig.	df1	df2	Sig.	
Educatonal	DSC	Entre Grupos	,123	9	,014	6,203	,000	9	110	,001
		Nos grupos	,242	110	,002					
		Total	,365	119						
	DA	Entre Grupos	,346	9	,038	11,339	,000	9	110	,006
		Nos grupos	,373	110	,003					
		Total	,719	119						
	DS	Entre Grupos	,028	9	,003	1,360	,215	9	110	,003
		Nos grupos	,250	110	,002					
		Total	,278	119						

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Para o ambiente trabalhista em relação às dimensões, os dados apontam que as médias das duas amostras (Brasil e Reino Unido) são significantes e diferentes para a DSC e para a DA. Porém, ao se analisar a dimensão social, diagnostica-se que não existem médias muito diferentes, haja vista que o p-valor é maior que 0,05. Isso foram as constatações para a ANOVA e para o teste estatístico de Levene. Os dados indicam que as maiores diferenças

foram encontradas em DSC e DA, pois o valor de Z está fora do limite -3 a +3. A Tabela 19 mostra a análise de variância do sistema de trabalho.

Tabela 19 – Análise de variância do ambiente trabalhista

Ambiente	Dimensão	ANOVA					Teste de Homogeneidade de variâncias			
		Soma dos Quadrados	df	Quadrado médio	Z	Sig.	df1	df2	Sig.	
Trabalhista	DSC	Entre Grupos	,132	10	,013	6,160	,000	10	109	,000
		Nos grupos	,233	109	,002					
		Total	,365	119						
	DA	Entre Grupos	,369	10	,037	11,493	,000	10	109	,008
		Nos grupos	,350	109	,003					
		Total	,719	119						
	DS	Entre Grupos	,026	10	,003	1,130	,347	10	109	,001
		Nos grupos	,252	109	,002					
		Total	,278	119						

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

No ambiente político, constata-se que o valor de p-valor é nulo para a DSC e DA na ANOVA. Isso indica que existem diferenças entre as médias das amostras, pois o p-valor é menor que o valor de referência de 0,05. Entretanto, essa evidenciação não é constatada para a dimensão social, pois o seu p-valor deu 0,254. Já para o teste de homogeneidade das variâncias a DS apresenta diferença entre as médias, como mostra a Tabela 20.

Tabela 20 – Análise de variância do ambiente político

Ambiente	Dimensão	ANOVA					Teste de Homogeneidade de variâncias			
		Soma dos Quadrados	df	Quadrado médio	Z	Sig.	df1	df2	Sig.	
Político	DSC	Entre Grupos	,136	11	,012	5,810	,000	11	108	,000
		Nos grupos	,229	108	,002					
		Total	,365	119						
	DA	Entre Grupos	,368	11	,033	10,272	,000	11	108	,008
		Nos grupos								
		Total								

	Nos grupos	,351	108	,003					
	Total	,719	119						
	Entre Grupos	,032	11	,003	1,267	,254	11	108	,001
<b>DS</b>	Nos grupos	,246	108	,002					
	Total	,278	119						

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

E, por fim, a análise para o ambiente financeiro mostra que para a dimensão social corporativa e para a dimensão ambiental, as médias entre os dados brasileiros e britânicos são diferentes. Não obstante, essa mesma percepção não é constatada no teste de Levene. O valor de Z esteve bem próximo do termo médio, pois todos os três valores estão dentro da amplitude -3 e +3. A Tabela 21 apresenta a análise de variância para o sistema financeiro.

Tabela 21 – Análise de variância do ambiente financeiro

Ambiente	Dimensão	ANOVA			Teste de Homogeneidade de variâncias					
		Soma dos Quadrados	df	Quadrado médio	Z	Sig.	df1	df2	Sig.	
<b>Financeiro</b>	<b>DSC</b>	Entre Grupos	,051	9	,006	1,996	,046	9	110	,004
		Nos grupos	,314	110	,003					
		Total	,365	119						
	<b>DA</b>	Entre Grupos	,144	9	,016	3,074	,003	9	110	,003
		Nos grupos	,574	110	,005					
		Total	,719	119						
<b>DS</b>	Entre Grupos	,017	9	,002	,794	,622	9	110	,237	
	Nos grupos	,261	110	,002						
	Total	,278	119							

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A ANOVA divide a variabilidade em dois grupos: entre grupos e nos grupos. Dessa maneira, quanto maior for a primeira comparada com a segunda, conclui-se que maior é a evidência de que existe variabilidade entre as médias, isto é, médias diferentes. Em geral,

percebe-se que existem diferenças entre as médias dos dados brasileiros e britânicos. Essa evidência pode ser suportada ao perceber que o quadrado médio em grupo é, na maioria das vezes, maior que o quadrado médio nos grupos.

#### 4.6 Análise de regressão de dados em painel

A associação entre as variáveis dependentes (DSC, DA e DS) e as variáveis independentes (ambiente educacional, trabalhista, político e financeiro dos países) foi encontrada por meio de regressão de dados em painel. A Tabela 22 apresenta os resultados encontrados para o Brasil e para o Reino Unido separadamente, bem como em conjunto (Geral).

Tabela 22 – Associação das variáveis

	Brasil			Reino Unido			Geral		
	DSC	DA	DS	DSC	DA	DS	DSC	DA	DS
EDUCAT	0,161	0,078	0,231	0,103	0,480	0,130	0,560	0,233	0,233
TRABAL	0,106	0,185	0,008	0,364	0,270	0,205	0,461	0,163	0,163
POLITC	0,280	0,276	0,249	0,260	0,179	0,166	0,556	0,211	0,211
FINANC	-0,650	-0,104	-0,014	0,012	0,041	0,074	0,157	0,031	0,031
R <sup>2</sup>	0,1041	0,1035	0,09919	0,1813	0,113	0,06944	0,3638	0,5052	0,09102
R <sup>2</sup> ajustado	0,03892	0,1035	0,03367	0,1217	0,04847	0,001767	0,3417	0,488	0,0594

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A princípio, constata-se que existe uma relação estatisticamente positiva entre a DSC e o ambiente educacional brasileiro. Dessa maneira, pode-se inferir que o ambiente de educação brasileiro influencia em 16,1% as firmas a serem mais ambiental e socialmente responsáveis. Além disso, o sistema educacional brasileiro interfere em 7,8% a divulgação de informações ambientais. Já a dimensão social é influenciada por 23,10 do ambiente educacional do país. Portanto, os dados revelam que existe uma relação estatisticamente positiva entre o sistema de educação e a *disclosure* em RSC no Brasil. Quanto maior a qualidade de educação no Brasil, mais as suas empresas podem agir em prol do desenvolvimento sustentável.

O ambiente trabalhista em relação à divulgação social corporativa apresentou uma relação positiva de 10,6%. Isto significa que quanto melhor as relações trabalhistas no Brasil, mais as empresas podem divulgar informações em responsabilidade social corporativa. Ademais, foi constatado que o ambiente de trabalho influencia 18,5% as ações ambientais das empresas. E a dimensão social é influenciada 0,8% pelo sistema trabalhista brasileiro.

Para o sistema político, diagnosticou-se que a divulgação total é influenciada em 28% pelo ambiente político. Dessa forma, entende-se que quanto maior o controle e transparência da corrupção, mais atitudes as empresas brasileiras fazem em razão da transparência sócio-ambiental. Foi verificado também que o ambiente político influencia a divulgação ambiental em 27,6% e influencia positivamente a divulgação de informações sociais em 24,9%.

Embora os ambientes anteriores (educacional, trabalhista e político) apresentaram relação estatisticamente positiva para a *corporate social performance*, o mesmo não foi evidenciado no ambiente financeiro. Foi diagnosticado que a dimensão social corporativa é influenciada negativamente em 65% pelo ambiente financeiro. Outrossim, pode-se verificar uma influência negativa de 10,4% para a dimensão ambiental e de 1,4% para a dimensão social. Os dados têm revelado que a variável que mede a facilidade de acesso ao crédito tem relação negativa com a DSC. Em outras palavras, quanto mais fácil é o seu acesso ao financiamento, não significa dizer que as empresas vão ser mais transparentes em RSC. A partir dos achados para o país Brasil, pode-se montar o Quadro 8 de resumo de hipóteses.

Quadro 8 – Resultado das hipóteses para o Brasil

Hipóteses	Descrição	Resultados
H1	A evidenciação em RSC está positivamente relacionada ao controle da corrupção por parte dos países.	Suportada
H2	A facilidade de acesso ao crédito está positivamente relacionada com a evidenciação social e ambiental.	Não suportada
H3	A qualidade do sistema de educação de um país está relacionada positivamente com a extensão da divulgação em RSC.	Suportada
H4	O <i>disclosure</i> em RSC é influenciado positivamente pela maior qualidade das relações trabalhistas.	Suportada

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Através da leitura dos dados para o Reino Unido, pode-se constatar que o sistema de educação influencia em 10,3% as ações em RSC de suas empresas. A maior influência foi encontrada na dimensão ambiental, isto é, as empresas britânicas são influenciadas pelo ambiente educacional em 48% a serem mais transparentes ambientalmente. Ademais, é percebido que a dimensão social é afetada em 13% pelo ambiente de educação.

Os dados apontam que quanto melhor as relações entre patrão e empregados no Reino Unido, mais as empresas atuam em responsabilidade social corporativa. Isto significa que o ambiente trabalhista influencia a DSC em 36,4%. Nessa perceptiva, a dimensão ambiental e a dimensão social são influenciadas, respectivamente, em 27% e 20,5%. Pode-se afirmar que

relações trabalhistas em que o patrão possibilita mais benefícios para seus colaboradores, a firma também tem mais preocupação com práticas de sustentabilidade.

No âmbito político, é possível diagnosticar que todas as dimensões foram afetadas pela variável independente que medeia o controle da corrupção. Ou seja, o sistema político influencia a divulgação em DSC em 26%. Além disso, pode-se inferir que o ambiente político também afeta a dimensão ambiental e social. A DA é afetada em 17,9% pelo sistema político britânico. Da mesma forma, o desempenho na DS é interferido em 16,6% pelo fator externo política.

Para o sistema financeiro, os dados apresentaram uma relação estatisticamente significativa e positiva em relação à *disclosure* em RSC. No entanto, existe uma baixa relação. Isto é, o indicador financeiro de facilidade de acesso ao crédito não explica bem as ações de sustentabilidade das firmas. Dessa maneira, foi encontrado que a DSC é influenciada em apenas 1,2% pelo sistema financeiro. Semelhantemente, a DA e DS são afetadas, respectivamente, em 4,1% e 7,4%. O Quadro 9 apresenta os resultados para cada hipótese do Reino Unido.

Quadro 9 – Resultado das hipóteses para o Reino Unido

Hipóteses	Descrição	Resultados
H1	A evidenciação em RSC está positivamente relacionada ao controle da corrupção por parte dos países.	Suportada
H2	A facilidade de acesso ao crédito está positivamente relacionada com a evidenciação social e ambiental.	Parcialmente Suportada
H3	A qualidade do sistema de educação de um país está relacionada positivamente com a extensão da divulgação em RSC.	Suportada
H4	O <i>disclosure</i> em RSC é influenciado positivamente pela maior qualidade das relações trabalhistas.	Suportada

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Foram relacionadas também as variáveis dependentes e independentes para a junção dos países. Dessa maneira, constatou que o ambiente institucional do Brasil e do Reino Unido influenciam a dinâmica em RSC das firmas do setor da indústria de utilidade pública.

Os dados revelam que a DSC é influenciada em 56% pelo ambiente educacional dos países, já a DA é influenciada em 23,3% e a DS em 23,3% também. É possível inferir que o ambiente trabalhista também influencia a atuação das empresas. Nesse contexto, a DSC é afetada em 46,1% e a DA e DS igualmente são afetadas em 16,30%.

A partir dos achados, o ambiente político influencia em 55,6% a *disclosure* em RSC. A dimensão ambiental é afetada pelo sistema político em 21,1%, enquanto que a DS é influenciada também em 21,1%. Os dados possibilitam compreender que o sistema financeiro afeta positivamente em 15,7 as práticas em RSC das firmas brasileiras e britânicas. Do mesmo modo, a DA e a DS são afetadas em 3,1%.

## 5 DISCUSSÃO

Este capítulo discute os resultados apresentados no capítulo quatro. Consoante a apresentação dos dados, é possível interpretar que as hipóteses de estudo foram suportadas (H1, H2, H3 e H4). Diante desse quadro, a *disclosure* em RSC dos países analisados é influenciada positivamente pelo ambiente institucional. Isto é, quanto maior a qualidade do Sistema de Negócios Nacional (SNN), maior a possibilidade das empresas divulgarem mais informações acerca de suas práticas em responsabilidade social corporativa.

O sistema educacional, representado pelo indicador do Fórum Econômico Mundial, que mede a qualidade do sistema de educação do Brasil e do Reino Unido, obteve uma relação estatisticamente significativa e positiva. Esse foi o sistema mais significativo em termos de valores. Ou seja, quanto maior a qualidade da educação das pessoas, mais as empresas tendem a agir em prol do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, se um país tem uma maior qualidade na educação, certamente ele tem maior número de profissionais qualificados. Assim, em suas firmas existe um número maior de profissionais com boa educação, o que contribui para o desenvolvimento de ideias inovadoras e transparentes. Os achados para o ambiente educacional dialogam com estudos prévios, como o de Chih, Chih e Shen (2010). Os pesquisadores investigaram 520 firmas durante três anos (de 2003 a 2005) e acharam que em países com melhores escolas de gestão, as empresas são mais atuantes em práticas de RSC.

Os resultados da pesquisa também se alinham aos do estudo de Huang (2013). Ele pesquisou 661 empresas entre 2005 e 2010. Em seus achados, foi possível constatar uma relação positiva entre maior educação de cargos estratégicos nas firmas e maior desempenho em RSC. Em outras palavras, a especialização do gestor está positivamente correlacionada ao desempenho da firma em RSC. Além disso, ele encoraja as universidades a integrar questões de RSC em seus currículos.

O sistema trabalhista foi operacionalizado através da variável que mede a qualidade das relações entre empregado e empregador. Os resultados da pesquisa mostram uma relação positiva entre uma melhor qualidade das relações trabalhistas e um maior engajamento das firmas em ações de sustentabilidade. De fato, se existe um ambiente saudável entre gestor e colaborador, existe também uma maior probabilidade de ideias surgirem do chão de fábrica e chegarem até a alta administração. Os colaboradores que trabalham no campo operacional

podem sugerir eficiências nos processos produtivos se o gestor estratégico estiver aberto ao diálogo.

Os empregados são um dos principais *stakeholders* de uma firma. Eles são a força motriz responsável pelo andamento dos processos produtivos. Dessa maneira, com uma relação de ajuda mútua entre empregados e empregadores, a firma pode possibilitar treinamentos aos funcionários, cuidar da saúde e segurança do funcionário, tomar ações que eliminem a corrupção, o trabalho infantil e a discriminação racial. Tudo isso, possibilita a firma a ser mais responsável social e ambientalmente. Diante disso, os achados do presente estudo se complementam ao estudo de Muttakin, Khan, Subramaniam (2015).

O sistema político foi representado pela capacidade de controle da corrupção. A variável extraída da Transparência Internacional possibilitou encontrar uma relação estatisticamente significativa e positiva em relação à DSC. Os dados revelaram quanto maior o controle da corrupção e a sua transparência, mais práticas em RSC as empresas podem adotar. Assim, foi suportada a hipótese de pesquisa. Entende-se que países com altos índices de corrupção podem influenciar suas firmas a adotar práticas ilegais, destinando dinheiro para contas ilícitas ao invés de atuar na promoção da sustentabilidade.

Em contrapartida, se as ações governamentais estão centradas na regulamentação ambiental e práticas éticas, as empresas tendem a se adequar às diretrizes. Baughn, Body e McIntosh (2007) afirmam que altos níveis de corrupção favorecem um engajamento baixo em RSC. Ainda consoante os autores, as nações em desenvolvimento apresentam um baixo índice de transparência, pois estão em um ambiente de instabilidade social e política. Ioannou e Serafeim (2012) descobriram uma relação positiva entre DSC e ausência de corrupção.

O sistema financeiro foi operacionalizado através da variável que mede a facilidade de acesso ao crédito. Essa variável foi retirada da base de dados do Banco Mundial. Em geral, essa variável foi parcialmente suportada, uma vez que para o país Brasil existiu uma relação negativa e para o Reino Unido existiu uma relação positiva, porém baixa. Os dados possibilitam entender que a facilidade de acesso ao crédito não explica as ações em responsabilidade social corporativa das empresas.

De fato, quando os bancos financiam as empresas, eles estão mais interessados em índices financeiros, como rentabilidade, liquidez e endividamento. Dessa maneira, não tendo

muitas preocupações se a empresa emite anualmente um relatório de sustentabilidade ou não. Até porque esta prática é voluntária, tanto aqui no Brasil, quanto no Reino Unido.

As estatísticas descritivas possibilitaram visualizar o retrato da *disclosure* em responsabilidade social corporativa em ambos os países. Nesse contexto, pode-se entender a dinâmica de divulgação através de um *ranking*. O *ranking* mostra que, em geral, as empresas britânicas são mais transparentes que as empresas brasileiras. As empresas britânicas tendem a evidenciar mais informações da dimensão ambiental, enquanto que as brasileiras na dimensão social.

Através da pesquisa sobre responsabilidade social corporativa e ambiente institucional nas empresas do setor de utilidade pública (*utilities*), pode-se inferir que o Sistema de Negócios (SNN) de um país pode influenciar a dinâmica da divulgação em RSC. Entende-se que em países desenvolvidos as empresas sejam mais pressionadas a agir ambientalmente correta, tanto pelos *stakeholders* primários, como consumidores, fornecedores, mas também pelo *stakeholder* secundário, no caso o governo.

Portanto, compreende-se que em contextos emergentes as empresas atuam em um ambiente menos regulamentado. Assim, elas podem atuar de modo mais criativo e elaborar suas próprias estratégias de divulgação em RSC. No entanto, isso pode dar margem à menor participação em sustentabilidade, por existir pouca pressão. Entende-se que nesses ambientes, os consumidores devem atuar de modo reivindicar, pois eles possuem o poder de compra.

Em contrapartida, ambientes mais bem regulamentados, no qual as regras do jogo são bem claras, as empresas tendem a atuar de modo mais efetivo nas práticas sustentáveis. Existe uma força maior, no caso o poder do Estado, para regular e reivindicar maior transparências das firmas. Igualmente, por ter maior qualidade de ensino, esses países possuem consumidores mais exigentes, tanto em termos de inovação tecnológica, quanto nas questões sócio-ambientais.

Mediante os resultados apresentados, o estudo possibilita articular que o entendimento da responsabilidade social corporativa sobre o olhar do ambiente institucional é um tema novo e bastante relevante para gestores e cientistas da área. De fato, a função primitiva de uma empresa é o lucro aos acionistas e proprietários, no entanto suas ações em sustentabilidade possibilitam uma visão mais positiva, por parte dos *stakeholders*. Além, é claro, de contribuir

para o desenvolvimento social de seus colaboradores e ambiental dos recursos naturais do planeta.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo tem como objetivo concluir o estudo realizado. Para tanto, será registrado o cumprimento dos objetivos planejados, as contribuições da pesquisa para a ciência, suas limitações e sugestões para futuras pesquisas na área de responsabilidade social corporativa.

A pesquisa foi orientada pelo objetivo de entender como diferentes ambientes institucionais, no caso o brasileiro e o britânico, podem interferir a dinâmica da divulgação de informações em RSC de empresas atuantes no setor de utilidade pública. Para se alcançar o objetivo maior desta pesquisa, foi proposto cinco objetivos específicos.

A caracterização dos ambientes institucionais do Brasil e do Reino Unido foi definida com base os autores da Teoria Institucional e do Sistema Nacional de Negócios (MARCH; OLSEN, 1984; MEYER; ROWAN, 1977; TOLBERT; ZUCKER, 1998; CAMPBELL, 2006; MATTEN; MOON, 2008; SCOTT, 2008). Esse trabalho procurou classificar o ambiente institucional em quatro diferentes sistemas, o político, o educacional, o trabalhista e o financeiro. Não foi levado em conta o ambiente cultural, haja vista que estudos anteriores, como o de Soares *et al.* (2018), mostram que o sistema cultural não apresenta variações em um determinado espaço de tempo, desde que ocorram grandes mudanças geográficas e culturais, como uma guerra e/ou desastres.

Dessa maneira, foram coletados dados secundários para descrever o ambiente institucional dos países estudados. Por exemplo, o ambiente político foi representado pelo indicador de controle da corrupção, medido pela Transparência Internacional. Já para o ambiente educacional foi definido a variável que mede a qualidade do sistema de ensino e para o ambiente trabalhista foi escolhido a variável que mede a relação entre empregados e empregadores. Ambos os indicadores foram coletados do Fórum Econômico Mundial. E, por fim, o sistema financeiro foi representado pela variável de facilidade de financiamento das empresas no mercado do Banco Mundial.

Os dados obtidos com a estatística descritiva para as variáveis independentes apontaram um ambiente institucional melhor no Reino Unido do que no Brasil. Através do *ranking* das empresas, constatou-se que as empresas britânicas divulgam mais informações em RSC. Os dados apontaram um maior controle da corrupção, maior nível educacional, melhor relacionamento entre patrão e empregados e maior facilidade de acesso ao crédito no Reino Unido do que no Brasil.

Buscou-se definir as variáveis dependentes em três dimensões: a dimensão social corporativa (DSC) ou dimensão total, dimensão ambiental (DA) e dimensão social (DS). A análise das variáveis dependentes seguiu a metodologia dos pesquisadores alemães Fischer e Sawczyn (2013). Conforme essa metodologia, deve-se avaliar cada indicador da *Global Reporting Initiative* (GRI), divulgado nos relatórios de sustentabilidade das firmas, é julgado de acordo com uma tabela de pontos que vai de 0 (não divulgou o indicador) até 6 (divulgou o indicador e atendeu diversos requisitos, como informação descentralizada por ano e filiais, objetivos a longo prazo para o indicador, dentre outros aspectos).

Após a coleta de dados, foram realizados os testes estatísticos. A estatística descritiva mostrou que na divulgação ambiental as empresas britânicas divulgaram 45,26% mais que as brasileiras. Para a dimensão social as empresas britânicas evidenciaram mais informações que as brasileiras, cerca de 12,6% mais. Para a dimensão total, foi diagnosticado que as empresas do Reino Unido divulgaram 31,88% mais que as do Brasil. Na análise estatística foram utilizadas técnicas de estatística robusta, como test-t de Student, ANOVA, regressão hierárquica de dados e análise de dados em painel.

Os resultados apontam que existe uma influência estatisticamente positiva entre ambiente institucional e evidencição de informações em responsabilidade social corporativa. Isto é, quanto melhor é o sistema institucional de um país, mais ações em sustentabilidade, ele pode tomar para contribuir com o desenvolvimento sustentável. Os dados mostram que esses resultados sugerem uma diferença entre ambientes emergentes e desenvolvidos. Mediante esse compasso, a pergunta de pesquisa foi respondida e os objetivos propostos com o estudo foram alcançados.

## **6.1 Contribuições da pesquisa**

Essa pesquisa contribui com o desenvolvimento da teoria de responsabilidade social corporativa e do ambiente institucional concomitantemente. Diante disso, o estudo desenvolve um arranjo de pesquisa ímpar, ao entender fatores organizacionais, como a divulgação das práticas de sustentabilidade com os relatórios ambientais através do contexto institucional de cada país. Em outras palavras, procurou-se compreender o contexto interno com o auxílio de variáveis do meio externo, como a política, a educação, o trabalho e as finanças.

Ademais, o estudo colabora com os estudos prévios em relação à comparação de Sistema Nacional de Negócios (SNN) entre o Brasil e o Reino Unido, uma vez que o estudo

trouxe indicadores globais do Banco Mundial, do Fórum Econômico Mundial e da Transparência Internacional. Com isso, a análise do SNN dos países estudados possibilitou iluminações acerca das diferenças institucionais entre países emergentes e desenvolvidos. Existem na literatura poucos trabalhos analisando a RSC e a Teoria Institucional ao mesmo tempo em países emergentes.

Diante desse contexto, os estudos prévios têm se dedicado mais as análise em países desenvolvidos. Assim, o presente estudo busca suprir essa lacuna e comprovar a influência estatisticamente positiva entre a RSC e o ambiente institucional do país. Para se chegar a essa conclusão, a pesquisa se valeu de técnicas estatísticas robustas, fazendo análises em softwares como *Excel*, *SPSS* e *R Studio*. Isso contribuiu para o diferencial do trabalho, pois foram feitos regressão de dados em painel, análise hierárquica multivariada, além das estatísticas descritivas.

A coleta de dados também inovou ao utilizar a metodologia dos cientistas alemães Fischer (2013), ainda pouco explorada na América Latina. Muitos artigos têm utilizado a atribuição de notas para cada indicador da GRI de 0 a 1, 0 para quando não for divulgado o indicador e 1 para quando for divulgado o indicador. Entende-se que dessa forma, as empresas estariam dentro de uma mesma média, o que dificultaria realizar um *ranking* de divulgação. Além de ser um método simples de coleta de dados, principalmente se for escolhido um breve espaço temporal.

## **6.2 Limitações da pesquisa**

Uma das limitações da pesquisa é o setor da indústria analisado (utilidade pública), pois as iluminações percebidas com o estudo não podem ser generalizadas para todos os setores. Assim, as conclusões de que o ambiente institucional afeta as práticas de responsabilidade social corporativa é exclusivamente verdadeira para o setor de utilidade pública. Outra limitação a ser citada é os países estudados: Brasil e Reino Unido. Dessa maneira, a discussão não pode ser ampliada para demais contextos nacionais, uma vez que o estudo foi realizado com somente dois países.

Além disso, outra insuficiência da pesquisa foi que a empresa *British Energy Group* (BP) do Reino Unido foi extinta em 2009 e a empresa brasileira *Light* não divulgou seu relatório de sustentabilidade em 2007, 2008 e 2009. Diante disso, a amostra estudada foi menor e, conseqüentemente, o número de observações foi menor também. Como as

divulgações dos relatórios de sustentabilidade foram realizadas em português ou em inglês, a língua não foi considerada uma limitação.

### **6.3 Sugestões para pesquisas futuras**

Essa pesquisa não pretende ser exaustiva. Assim, espera-se que futuros trabalhos abordem outros setores da indústria, como o de petróleo e gás, o químico e o de materiais básicos. Dessa forma, existiriam análises para além de um setor. Igualmente, sugere-se envolver mais países em estudo, especialmente os emergentes (como BRICS, sigla para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) ou subdesenvolvidos (como algumas nações do continente asiático e/ou africano), pela falta de estudo ainda nessas regiões. Além disso, faz-se necessário escolher outras variáveis para representar o ambiente institucional dos países e, talvez, introduzir o estudo do ambiente cultural (através das variáveis do cientista holandês Hofstede) para a discussão em RSC.

## REFERÊNCIAS

- AGUINIS, H. Organizational responsibility: doing good and doing well. **APA Handbooks in Psychology**, v. 3, p. 855-879, 2011.
- AGUINIS, H.; GLAVAS, A. What we know and don't know about corporate social responsibility: a review and research agenda. **Journal of Management**, v. 38, n. 4, p. 932-968, 2012.
- ALI, W.; RIZWAN, M.. Factors influencing corporate social and environmental disclosure (CSED) practices in the developing countries: an institutional theoretical perspective. **International Journal of Asian Social Science**, v. 3, n. 3, p. 590-609, 2013.
- BALL, R.. Making accounting more international: why, how and how far will it go. **Journal of Applied Corporate Finance**, v. 8, n. 3, p. 19–29, 1995.
- BANCO MUNDIAL. **GDP at market prices (current US\$)**. World Bank National Account Data. Disponível em <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>>. Acesso em: 04/05/2018.
- BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRAS, J. E. R..**Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2.ed., 2012.
- BARKEMA, H. G.; BELL, J. HJ; PENNING, J. M. Foreign entry, cultural barriers, and learning. **Strategic Management Journal**, v. 17, n. 2, p. 151-166, 1996.
- BERRY, H.; GUILLÉN, M. F.; ZHOU, N. An institutional approach to cross-national distance. **Journal of International Business Studies**, v. 41, n. 9, p. 1460-1480, 2010.
- BOOZ & COMPANY. **The rise of Corporate Social Responsibility: a tool for sustainable development in the Middle East**. 2013. Disponível em: <[http://static.wamda.com/web/uploads/resources/BoozCo\\_The-Rise-of-Corporate-Social-Responsibility.pdf](http://static.wamda.com/web/uploads/resources/BoozCo_The-Rise-of-Corporate-Social-Responsibility.pdf)>. Acesso em: 03/06/2018.
- BRAMMER, S.; JACKSON, G.; MATTEN, D. Corporate Social Responsibility and institutional theory: new perspectives on private governance. **Socio-Economic Review**, v. 10, n. 1, p. 3–28, 2012.
- BRANCO, M. C.; RODRIGUES, L. L..Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies. **Journal of Business Ethics**, v. 83, p. 685–701, 2008.
- BROOKES, M.; BREWSTER, C.; WOOD, G. Social relations, firms and society: a study of institutional embeddedness. **International Sociology**, v.20, n.4, p.403-426, 2005.
- BROWER, J.; MAHAJAN, V. Driven to be good: a stakeholder theory perspective on the drivers of corporate social performance. **Journal of Business Ethics**, v. 117, p. 313-331, 2013.
- CAI, Y.; JO, H.; PAN, C. Doing well while doing bad? CSR in controversial industry sectors. **Journal of Business Ethics**, v. 108, n. 4, p. 467-480, 2012.
- CAMERON, A. Colin; TRIVEDI, Pravin K. **Microeconometrics: methods and applications**. 1 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- CAMPBELL, J. L.. Institutional analysis and the paradox of corporate social responsibility. **American Behavioral Scientist**, v. 49, n. 7, p. 925-938, mar, 2006.

- CARDOSO, V. I. C.; LUCA, M. M. M.; GALLON, A. V. Reputação corporativa e o disclosure socioambiental de empresas brasileiras. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 17, n. 2, p. 26-25, 2014.
- CARROLL, A. B.. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of Management Review**, v.4, n.4, p.497-505, 1979.
- CARVALHO, C. A. , VIEIRA, M. M. F (org.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**. Recife: EDUFEPE, 2003.
- CAVALCANTE, C. M.. A economia institucional e as três dimensões das instituições. **Revista de economia contemporânea**. vol.18, n.3, p.373-392, 2014.
- CLARKE, J.; GIBSON-SWEET, M. The use of corporate social disclosures in the management of reputation and legitimacy: a cross sectoral analysis of UK Top 100 Companies. **Business Ethics: A European Review**, v. 8, n. 1, p. 5-13, 1999.
- COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e de pós-graduação**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- COMYNS, Breeda; FIGGE, Frank; HAHN, Tobias; BARKEMEYER, Ralf. Sustainability reporting: the role of search, experience and credence information. **Accounting Forum**, v. 37, p. 231-243, 2013.
- COMMONS, J.R. Institutional Economics. **American Economic Review**, v. 21, p. 648-657, 1931.
- CONCEIÇÃO, S. H.; DOURADO, G. B.; SILVA, S. F. Global Reporting Initiative (GRI) - um estudo exploratório da prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial na América Latina. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 2, n. 3, p. 17-38, 2012.
- CORPORATE SOCIAL RESPONSABILITY MONITOR. **Executive report**. Babson Park: Babson College., 2001.
- CRONBACH, L. J. Coefficient alpha and the internal structure of tests. **Psychometrika**, v.16, n.8, p.297-334, 1951.
- DALGAARD, Peter. **Introductory Statistics with R**. 2 ed. Nova Iorque: Springer, 2008.
- DAVIS, K. Can business afford to ignore social responsibilities? **California Management Review**, v. 2, n. 3, p. 70, 1960.
- DE CASTRO, T. A.; DE MORAES MENEZES, M.; PINHEIRO, A.B.; DE ABREU, M.C.S. A dinâmica institucional e as organizações afetando a adoção do desenvolvimento sustentável. **Encontros Universitários da UFC**, v. 1, n. 1, p. 642, 2016.
- DEEPHOUSE, D. L.; NEWBURRY, W.; SOLEIMANI, A. The effects of institutional development and national culture on cross-national differences in corporate reputation. **Journal of World Business**, 2016.
- DELMAS, M. A.. The diffusion of environmental management standards in Europe and in the United States: an institutional perspective. **Policy Sciences**, v. 35, p. 91-119, 2002.

DE MORAES MENEZES, M.; PINHEIRO, A. B.; DE ABREU, M. C. S. O sistema educacional e relações trabalhistas afetam as práticas de sustentabilidade das empresas?. **Encontros Universitários da UFC**, v. 1, n. 1, p. 1548, 2016.

DHALIWAL, Dan; LI, Oliver Z.; TSANG, Albert; YANG, Yong G. Corporate social responsibility disclosure and the cost of equity capital: the roles of stakeholder orientation and financial transparency. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 33, p. 328-355, 2014.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W.. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.

DURKHEIM, E. **La educación moral**. Madrid: Ediciones Morata, 2002.

DYE, R.A. Disclosure of Non-Proprietary Information. **Journal of Accounting Research**, n. 23, p. 123-145, 1985.

EUROPEAN COMMISSION. **ABC of the main instruments of Corporate Social Responsibility**. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2004.

FAMA, E. F.; FRENCH, K. R. The cross-section of expected stock returns. **The Journal of Finance**, v. 47, n. 2, p. 427-465, 1992.

FAROOK, S.; LANIS, R.. Determinants Of Corporate Social Responsibility Disclosure: The Case Of Islamic Banks, **Accounting and Finance Association of Australia and New Zealand Conference**, June, Melbourne, 2005.

FIELD, A. **Discovering Statistics Using SPSS**. 3rd Edition, Sage Publications Ltd., London. 2009.

FIFKA, M. S.. Corporate responsibility reporting and its determinants in comparative perspective: a review of the empirical literature and a meta-analysis. **Business Strategy and the Environment**, v. 22, n.1,p. 1-35, 2013.

FISCHER, T. M.; SAWCZYN, A. A.. The relationship between corporate social performance and corporate financial performance and the role of innovation: evidence from German listed firms. **Journal of Management Control**, v. 24, n. 1, p. 27-52, 2013.

FORBES. **The world's biggest companies**. Special report the global 2000. Disponível em: <[http://www.forbes.com/lists/2008/18/biz\\_2000global08\\_The-Global-2000\\_Counrty.html](http://www.forbes.com/lists/2008/18/biz_2000global08_The-Global-2000_Counrty.html)>. Acesso em: 25/03/2018.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Global Competitiveness Index (GCI)**. Disponível em: <<http://www3.weforum.org/docs/GCR2017-2018/05FullReport/TheGlobalCompetitivenessReport2017%E2%80%932018.pdf>>. Acesso em 02/07/2018.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: A stakeholder approach**. Cambridge University Press, 2010.

\_\_\_\_\_. **Strategic management: A stakeholder perspective**. Boston: Pitman, 1984.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **World Economic**. Disponível em: <<http://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2018/07/02/world-economic-outlook-update-july-2018>>. Acesso em 02/07/2018.

- GAMERSCHLAG, R.; MÖLLER, K.; VERBEETEN, F. Determinants of voluntary CSR disclosure: empirical evidence from Germany. **Review of Managerial Science**, v. 5, n. 2-3, p. 233-262, 2011.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GJØLBERG, M. Measuring the immeasurable?: Constructing an index of CSR practices and CSR performance in 20 countries. **Scandinavian Journal of Management**, v. 25, n. 1, p. 10-22, 2009.
- GOLOB, U.; BARTLETT, J. L. Communicating about corporate social responsibility: A comparative study of CSR reporting in Australia and Slovenia. **Public Relations Review**, v. 33, n. 1, p. 1-9, 2007.
- GONÇALVES, R. S. **Social disclosure e custo de capital próprio em empresas brasileiras de capital aberto**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Brasília: Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (FACE). Universidade de Brasília, 2011.
- GOULART, S.; VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. **Universidades e desenvolvimento local: uma abordagem institucional**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, p. 23-35, 2005.
- GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- GRAY, R.; KOUHY, R.; LAVERS, S. Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 8, n. 2, p. 47-77, 1995.
- GRECCO, M. C.; M. FILHO, M. A.; SEGURA, L.; SANCHEZ, I. M.; DOMINGUEZ, L. The voluntary disclosure of sustainable information: a comparative analysis of Spanish and Brazilian companies. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 7, n. 17, p. 45-55, 2013.
- GREENE, R. R. Holocaust survivors: A study in resilience. *Journal of Gerontological Social Work*. **Journal of Gerontological Social Work**, v.2, n.37, p. 3-18, 2002.
- GREENING, D. W.; TURBAN, D. B. Corporate social performance as a competitive advantage in attracting a quality workforce. **Business & Society**, v. 39, n. 3, p. 254-280, 2000.
- GRI, G4. **Diretrizes para relato de sustentabilidade**: Princípios para o relato e conteúdo padrão. Global Reporting Initiative™. Amsterdam, 2013.
- GRI. GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **GRI application levels**. 2011b. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resource/library/G3.1-Application-Levels.pdf>>. Acesso em: 02/07/2018.
- GUNNARSSON, C. What is new and what is institutional in the new institutional economics? An essay on old and new institutionalism and the role of the state in developing countries. **Scandinavian Economic History Review**, v. 39, n. 1, p. 43-67, 1991.
- HILSON, G. Corporate Social Responsibility in the extractive industries: experiences from developing countries. **Resources Policy**, v. 37, p. 131-137, 2012.
- HO, L. J.; TAYLOR, M. E.. An empirical analysis of triple bottom-line reporting and its determinants: evidence from the United States and Japan. **Journal of International Financial Management and Accounting**, v.18, n. 2, 2007.

- HUANG, S. K. The Impact of CEO Characteristics on Corporate Sustainable Development. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v.20, n.4, p.234-244, 2013.
- HUGHES, E.C. The ecological aspect of institutions. **American Sociological Review**, v.1, p.180-190, 1936.
- IOANNOU, I.; SERAFEIM, G. What drives corporate social performance? The role of nation-level institutions. **Journal of International Business Studies**, v. 43, n. 9, p. 834-864, 2012.
- JAMALI, D. The case for strategic corporate social responsibility in developing countries. **Business and Society Review**, v. 112, n. 1, p. 1-27, 2007.
- \_\_\_\_\_; MIRSHAK, R.. Corporate social responsibility (CSR): theory and practice in a developing country context. **Journal of Business Ethics**, v. 72, n. 3, p. 243-262, 2007.
- \_\_\_\_\_; NEVILLE, B. Convergence versus divergence of CSR in developing countries: An embedded multi-layered institutional lens. **Journal of Business Ethics**, v. 102, n. 4, p. 599-621, 2011.
- JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The internationalization process of the firm-a model of knowledge development and increasing foreign market commitments. **Journal of International Business studies**, p. 23-32, 1977.
- JONES, T. M. Instrumental stakeholder theory: A synthesis of ethics and economics. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 2, p. 404-437, 1995.
- KAUFMANN, D.; KRAAY, A; MASTRUZZI, M.. Governance matters VIII: aggregate and individual governance indicators 1996-2008. In: WORLD BANK. **Policy research working paper 4978**, jun., 2009.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LEDOLTER, Johannes. **Data mining and business analytics with R**. Nova Jérsei: John Wiley & Sons, 2013.
- LEVENE, H. Robust tests for equality of variances. In: OLKIN, I.; GHURYE, S. G.; HOEFFDING, W.; MADOW, W. G.; MANN, H.B (org.). **Contributions to Probability and Statistics: Essays in Honor of Harold Hotelling**. Menlo Park: Stanford University Press, 1960, p. 278-292.
- LI, S. *et al.* Corporate social responsibility in emerging markets: the importance of the governance environment. **MIR: Management International Review: Journal of International Business**, v.50, n. 5, p. 635 – 654, 2010.
- MAIGNAN, I. RALSTON, D. A. Corporate social responsibility in Europe and the U.S.: insights from businesses' self-presentations. **Journal of International Business Studies**, v. 33, p. 497-514.
- MARCH, J.; OLSEN, J.; **Rediscovering institutions: The organizational basis of politics**. New York: The freepress, 1989.
- MARGOLIS, J. D.; WALSH, J. P. Misery loves companies: rethinking social initiatives by business. **Administrative Science Quarterly**, v. 48, p. 268-305, 2003.

MATTEN, D.; MOON, J.. “Implicit” and “ explicit” CSR: a conceptual framework for a comparative understanding of corporate social responsibility. **Academy of Management Review**, v. 33, n. 2, p. 404-424, 2008.

MENG, X. H. *et al.*. The relationship between corporate environmental performance and environmental disclosure: An empirical study in China. **Journal of Environmental Management**, v. 145, n. 1, p. 357-367, 2014.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, set, 1977.

MICHELON, G.; PILONATO, S.; RICCERI, F.. **CSR reporting practices and the quality of disclosure: An empirical analysis**. *Critical Perspectives on Accounting*, 2018. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1045235414001051>>. Acesso em: 09/05/2018.

MONEVA, J.; ARCHEL, P.; CORREA, C. GRI and the camouflaging of corporate un sustainability. In: **Accounting Forum**. Elsevier, p. 121-137, 2006.

MUTTAKIN, M. B.; KHAN, A.; SUBRAMANIAM, N. Firm characteristics, board diversity and corporate social responsibility: Evidence from Bangladesh. **Pacific Accounting Review**, v. 27, n. 3, p. 353-372, 2015.

NATIS, L.. Modelos lineares hierárquicos. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 3, jan./jun., 2001.

NOBES, C.. Towards a general model of the reasons for international differences in financial reporting. **Abacus**, v. 34, n. 2, p. 162–187, 1998.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University, 1990.

OLIVEIRA, J. A. P.. **Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2ed, 2013.

PINHEIRO, A.B. *et al.* **Efeito do Sistema Financeiro na Evidenciação Socioambiental de Empresas em Países Emergentes e Desenvolvidos**. XIX SEMEAD, São Paulo, 2016.

\_\_\_\_\_; SILVA FILHO, J.C.L. **A influência do ambiente institucional na evidenciação da responsabilidade social corporativa no Brasil e no Reino Unido**. XX Engema, São Paulo, 2018.

\_\_\_\_\_; SOARES, R.A.; DIÓGENES, A.S.M.; DE MORAES MENEZES, M.; DE ABREU, M.C.S. O sistema financeiro na evidenciação da RSC: uma análise comparativa entre empresas australianas, brasileiras, canadenses e indianas. **Encontros Universitários da UFC**, v. 1, n. 1, p. 1549, 2016.

QUINELLO, R.. **A teoria institucional aplicada à administração**. São Paulo: Novatec, 2007.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROBERTS, R. W. Determinants of corporate social responsibility disclosure: an application of stakeholder theory. **Accounting, Organizations and Society**, v. 17, n. 6, p. 595-612, 1992.

ROESCH, Sylvania Maria Azevedo. **Projetos de estágio e pesquisa em Administração: Guia**

para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RUTHERFORD, M. Institutional Economics: Then and now. **Journal of Economics Perspectives**, v.15, n.3, p. 173-194, 2001.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

SCHWARTZ, M. S.; CARROLL, A. B.. Corporate social responsibility a three-domain approach. **Business Ethics Quarterly**, v. 13, n. 4, p. 503-530, 2003.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.

\_\_\_\_\_. **Institutions and organizations: ideas and interests**. Estados Unidos: Sage Publications, 3ed, 2008.

\_\_\_\_\_. The adolescence of institutional theory. **Administrative Science Quarterly**, v. 32 , n. 4, p. 493-511, 1987.

SELZNICK, P. **A liderança na administração: uma interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

SMITH, K. T.; ALEXANDER, J. J. Which CSR-related headings do Fortune 500 companies use on their websites? **Business Communication Quarterly**, v. 76, n. 2, p. 155-171, 2013.

SOARES, R.A.; PINHEIRO, A.B.; ABREU, M.C.S.; MARINO, P.B.L.P. Efeito do Sistema Financeiro na Evidenciação Socioambiental de Empresas em Países Emergentes e Desenvolvidos. **Enfoque Reflexão Contábil**, v.37, n.2, p.21-35, 2018.

SROUR, R. H. **Ética empresarial: Posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

TEMPEL, A.; WALGENBACH, P. Global standardization of organizational forms and management practices? What new institutionalism and the business-systems approach can learn from each other. **Journal of Management Studies**, v.44, n.1, p.1-24, 2007.

TEOH, H.; THONG, G. Another look at corporate social responsibility and reporting: an empirical study in a developing country. **Accounting, Organizations and Society**, v. 9, n. 2, p. 189-206, 1984.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G.. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo, v.1, p. 196-219, 1998.

TSCHOPP, D.; WELLS, S.; BARNEY, D.. The institutional promotion of corporate social responsibility reporting. **The Journal of Academic and Business Ethics**, v. 12, 2012.

TSOUTSOURA, M. Corporate social responsibility and financial performance. **Center for responsible business**, 2004.

WADDOCK, S. A.; S. B. GRAVES. The Corporate Social Performance-Financial Performance Link. **Strategic Management Journal**, v.18, n.4, p. 303 - 320, 1997.

WALLER, D. S.; LANIS, R. Corporate social responsibility (CSR) disclosure of advertising agencies: an exploratory analysis of six holding companies' annual reports. **Journal of Advertising**, v. 38, n. 1, p. 109-122, 2009.

WANDERLEY, L. *et al.* CSR information disclosure on the web: a context-based approach analyzing the influence of country of origin and industry sector. **Journal of Business Ethics**, v. 82, n. 2, p. 369-378, 2008.

WARTICK, S. L.; COCHRAN, P. L.. The evolution of the corporate social performance model. **The Academy of Management Review**, v.10, n. 4, p. 758-769, out, 1985.

WOOD, D. J. Corporate social performance revisited. **Academy of Management Review**, v. 16, p. 691-718, 1991.

YANG, H. H.; GRAIG, R.; FARLEY, A.. A review of Chinese and English language studies on corporate environmental reporting in China. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 28, p. 30-48, 2015.

YOUNG, S.; MARAIS, M.. A multi-level perspective of CSR reporting: the implications of national institutions and industry risk characteristics. **Corporate Governance: An International Review**, v. 20, n. 5, p. 432–450, 2012.